



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

LEONARDO JOSÉ CAVALCANTI PINHEIRO

**A AUTORIDADE DO PAI FRENTE AO DECLÍNIO DO
PATRIARCADO: UM ESTUDO TEÓRICO**

Salvador
2010

LEONARDO JOSÉ CAVALCANTI PINHEIRO

**A AUTORIDADE DO PAI FRENTE AO DECLÍNIO DO
PATRIARCADO: UM ESTUDO TEÓRICO**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini

Salvador
2010

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

P654 Pinheiro, Leonardo José Cavalcanti
A autoridade do pai frente ao declínio do patriarcado: um estudo teórico/ Leonardo José Cavalcanti Pinheiro. – Salvador, 2010.
92 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em
Família na Sociedade Contemporânea.

Orientação: Prof. Dr. Giancarlo Petrini.

1. Autoridade Paterna – Sociedade contemporânea 2. Patriarcado
- Processo de declínio 3. Figura paterna – Relação social - Familiar
I. Título.

CDU 392.312:316.356.2

TERMO DE APROVAÇÃO


Leonardo José Cavalcanti Pinheiro

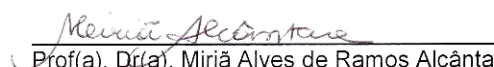
A Autoridade do Pai Frente ao Declínio do Patriarcado: um estudo teórico


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 20 de maio de 2010

Banca Examinadora:


Prof(a). Dr(a). Giancarlo Petri - Orientador(a)
Doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Católica do Salvador


Prof(a). Dr(a). Miriã Alves de Ramos Alcântara
Doutorado Saúde Pública – Universidade Federal da Bahia
Universidade Católica do Salvador


Prof(a). Dr(a). Feizi Masrour Milani
Doutorado Saúde Pública – Universidade Federal da Bahia
Escola Baiana de Medicina

AGRADECIMENTOS

Antes de dar início ao relato sobre as pessoas que tiveram importância na construção dessa pesquisa, gostaria de escrever algumas linhas sobre a experiência pessoal que eu tenho/tive com a autoridade paterna. Esta foi determinante para a escolha do tema e para a motivação em continuar o trabalho, mesmo com todas as dificuldades encontradas, e não foram poucas.

Começo e termino pela educação familiar, especialmente, a educação paterna que fora apresentada nessa dissertação: Levo comigo cada recordação dos apelidos infantis, dos carinhos e carícias, dos beijos e abraços apertados; mas também não esqueço daqueles dias sufocantes, em que a culpa se fazia valer pelo fato de eu existir; reconheço – e sei que existe até hoje, não é a toa que eu estou aqui concluindo o mestrado com o apoio e a disposição total do pai – o desejo paterno pela minha evolução, pelo meu crescimento, especialmente, pelo desenvolvimento intelectual; mas também me permito refletir sobre as intenções pessoais do pai sendo projetadas na cria, não raramente, em detrimento dos interesses do filho. Posso falar com propriedade – e só fui me atentar quando eu concluí de fato a investigação – que vivi uma experiência muito “rica”, porém, um tanto quanto idealizada, com a autoridade paterna.

Nesse sentido, agradeço primeiramente a meu pai. Ele me mostrou os caminhos ambíguos que posso viver numa relação de autoridade, e por isso, me posicionar diante da realidade, além de ser uma fonte inesgotável de capital humano. Agradeço à minha mãe, por sempre estar comigo, todos os dias, todas as horas, minutos e segundos, longe ou perto, mas sei que está comigo. Agradeço a meu irmão, que mesmo muito distante de corpo, de alma sempre está presente.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, João Carlos Petrini, em especial, pela sua paternidade, um exemplo Vivo e Ativo, do que defendo como Autoridade: uma entidade que na relação preza pelo bem acima de qualquer coisa. À Miriã, minha adorável co-orientadora (posso chamar assim?), principalmente pela gratuidade com que se dispôs a me ajudar, e posso falar que tive muito mais confiança em mim após as conversas com essa pessoa de qualidades inumeráveis.

Não posso esquecer de agradecer aos meus amigos: da música, da faculdade (colegas e mestres), do trabalho (meus queridos alunos e colegas de docência), da paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, os amigos do Movimento Católico Comunhão e Libertação, além de todos os familiares.

Por fim agradeço a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse.

*Não quero lhe falar, meu grande amor
Das coisas que aprendi nos discos
Quero lhe contar como eu vivi e tudo o que aconteceu comigo*

*Viver é melhor que sonhar
E eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto é menor do que a vida de qualquer
pessoa*

*Por isso cuidado, meu bem, há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal está fechado pra nós que somos jovens
Para abraçar seu irmão e beijar sua menina na rua
É que se fez o seu braço, o seu lábio e a sua voz*

*Você me pergunta pela minha paixão
Digo que estou encantado como uma nova invenção
Eu vou ficar nesta cidade, não vou voltar pro sertão
Pois vejo vir vindo no vento o cheiro da nova estação
Eu sei de tudo na ferida viva do meu coração*

*Já faz tempo eu vi você na rua, cabelo ao vento, gente jovem reunida
Na parede da memória essa lembrança é o quadro que dói mais
Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo que fizemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como nossos pais*

*Nossos ídolos ainda são os mesmos e as aparências não se enganam, não
Você diz que depois deles não apareceu mais ninguém
Você pode até dizer que tou por fora ou então que tou inventando
Mas é você que ama o passado e que não vê
É você que ama o passado e que não vê
Que o novo sempre vem*

*Hoje eu sei que quem me deu a idéia de uma nova consciência e juventude
Está em casa guardado por Deus contando vil metal
Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo, tudo o que fizemos
Nós ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos
Como os nossos pais*

Belchior

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a autoridade do pai frente ao declínio da sociedade patriarcal, período de mudanças das relações sociais, sobretudo, familiares, que se caracterizou principalmente pelo processo de enfraquecimento da figura paterna. Pretende-se analisar como a autoridade do pai está presente na sociedade contemporânea, lançando o olhar para o contexto social e histórico, nos domínios teóricos e epistemológicos, a fim de entender o conceito resultante de autoridade que se tem na atualidade. O presente estudo, portanto, pretende, com o recurso metodológico da pesquisa bibliográfica dos escritos dos autores da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer, e de cientistas sociais mais recentes também interessados na problemática da autoridade, realizar um estudo crítico e sistemático sobre a autoridade paterna, a fim de analisar o processo cultural no qual a autoridade foi redefinida após o declínio do patriarcado e posterior à crise instaurada pela febre autoritária que acontece na Europa e na América Latina na metade do século XX. Observando-se o objetivo geral do estudo, buscou-se compreender o modelo social do patriarcado no Brasil, as características do pai nesse período e a sua repercussão para a configuração da autoridade no momento presente; elucidar as diferenças conceituais entre autoridade, autoritarismo, poder, dominação, tendo em vista que esses conceitos aparecem no cotidiano, como sinônimos e como conceitos que enfatizam aspectos diferentes, possíveis reflexos dos regimes autocráticos; debater acerca da autoridade a fim de compreendê-la na sua dimensão pública, a partir da leitura política, e na perspectiva privada e/ou familiar, ou seja, elucidar as diferenças na configuração da autoridade sob um contexto familiar e político, e as suas mútuas influências; entender as mudanças sócio-históricas e familiares, a fim de estabelecer o itinerário do contexto da autoridade paterna. A partir da presente investigação foi possível compreender a necessidade de um resgate da autoridade paterna para o desenvolvimento psicossocial do filho.

Palavras-chave: Autoridade Paterna; Patriarcado; Figura do pai; Contemporaneidade.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo analizar la autoridad del padre frente a la decadencia de la sociedad patriarcal, período de cambios de las relaciones sociales, sobre todo, familiares, que se caracterizó principalmente por el proceso de debilitamiento de la figura paterna. Se pretende analizar como la autoridad del padre está presente en la sociedad contemporánea, lanzando la mirada para el contexto social e histórico, en los dominios teóricos y epistemológicos, a fin de entender el concepto resultante de autoridad que se tiene en la actualidad. El presente estudio, por tanto, pretende, con el recurso metodológico de investigación bibliográfica de los escritos de los autores de la escuela de Frankfurt, Theodor Adorno y Max Horkheimer, y de científicos sociales más recientes también interesados en la problematización de la autoridad, realizar un estudio crítico y sistemático sobre la autoridad paterna, a fin de analizar el proceso cultural en el cual la autoridad fue redefinida después de la decadencia del patriarcado y posterior a la crisis instaurada por la fiebre autoritaria que se dio en Europa y América latina en la mitad del siglo XX. Teniendo en cuenta el objetivo general del estudio, se buscó entender el modelo social del patriarcado en el Brasil, las características del padre en ese período y su repercusión para la configuración de la autoridad en el actual momento; Aclarar las diferencias conceptuales entre autoridad, autoritarismo, poder, dominación, teniendo en cuenta que esos conceptos se hacen presente en lo cotidiano, algunas veces como sinónimo y otras como conceptos que enfatizan aspectos diferentes, posibles reflejos de los regímenes autocráticos; Elaborar un debate referente a la autoridad a fin de comprenderla en su dimensión pública, a partir de la lectura política, y en la perspectiva privada y/o familiar, es decir, aclarar las diferencias en la configuración de la autoridad bajo un contexto familiar e político, y sus mutuas influencias; Entender los cambios socio-históricos y familiares, a fin de establecer el itinerario del contexto de la autoridad paterna. De esta investigación se pudo comprender la necesidad de una recuperación de la autoridad del padre para el desarrollo psicosocial de lo hijo.

Palabras - clave: Autoridad Paterna; Patriarcado; Figura del pai; Contemporaneidad.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the authority of the father against the decline of patriarchal society, a period of changing social relationships, especially family, which was characterized mainly by the process of weakening of the father figure. It intends to analyze how the authority of the father is present in contemporary society, casting the view to the social and historical context, epistemological and theoretical fields in order to understand the resulting concept of authority that has been in the news. This study, therefore, intends with the resource of the methodological literature of the writings of the authors of the Frankfurt School, Theodor Adorno and Max Horkheimer, and social scientists also interested in issue of authority, to realize a critical and systematic study on paternal authority, to examine the cultural process in which authority was redefined after the decline of patriarchy and after the crisis brought by authoritarian fever is happening in Europe and Latin America in the mid-twentieth century. Taking into account the overall objective of the study, we sought to understand the social model of patriarchy in Brazil, the characteristics of the father in this period and its repercussions for the configuration of the authority at present; Elucidate the conceptual differences between authority, authoritarianism, power, considering that these concepts appear in the daily, sometimes as synonyms, and once as concepts that emphasize different aspects, possible consequences of the autocratic regimes; Prepare a debate about authority to understand in this public dimension, from the political reading, and private perspective and/or family, in other word, elucidate the differences in the configuration of authority in a family and political context, and their mutual influences; Understand the socio-historical and family changes, to establish the route of the context of paternal authority. From this investigation it was possible to understand the need to have a recovery of paternal authority for the psychosocial development of children.

Key-words: Paternal authority; Patriarchy; Father figure; Contemporaneity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
APRESENTAÇÃO	10
A CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE: DO PATRIARCADO AOS DIAS DE HOJE	10
NOTAS METODOLÓGICAS.....	18
Capítulo I - AUTORIDADE: UM PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO	25
1. O PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO	26
1.1 AUTORIDADE EM HANNAH ARENDT – PERCURSO FILOSÓFICO E POLÍTICO.....	27
1.1.1. Autoridade em Platão	28
1.1.2. Autoridade em Aristóteles.....	30
1.1.3. Autoridade em Hannah Arendt: Origem Política.....	31
1.1.4. As Contribuições de Hannah Arendt na Reconstrução dos Direitos Humanos ...	33
1.1.5. Os Direitos Humanos e o Totalitarismo	35
1.2 A AUTORIDADE E AS TEORIAS MODERNAS.....	39
1.2.1 A Autoridade em Horkheimer.....	39
1.2.2 O Combate Iluminista à Autoridade.....	40
1.2.3 A Autoridade paterna em Horkheimer.....	44
1.2.4 Família Burguesa: educação para a autoridade.....	47
1.2.5 A Personalidade Autoritária	50
1.3 AUTORIDADE: DIVERSIDADE CONCEITUAL.....	53
1.3.1 Autoridade e Poder.....	55
1.3.2 A Psicanálise e a autoridade	56
Capítulo II O PATRIARCADO E SEU PROCESSO DE DECLÍNIO	59
2 O PATRIARCADO E A FAMÍLIA	60
2.1 O PAI PATRIARCAL.....	62
2.2 A DISPENSA DO PAI E O DECLÍNIO DO PATRIARCADO NA CONTEMPORANEIDADE.....	66
Capítulo III O PAI NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	71
3 A FIGURA DO PAI EM REVISTA	72
3.1 O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE: UMA QUESTÃO DE GÊNERO	75
3.2 PATERNIDADE: UMA QUESTÃO DE POLÍTICA PÚBLICA.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

A violência contra professores e a grosseria no convívio em casa. Duas pontas da nossa sociedade se unem para produzir isso: falta de autoridade amorosa dos pais (e professores) e péssimo exemplo de autoridades e figuras públicas.
(LUFT, 2009)

A CONSTRUÇÃO DA AUTORIDADE: DO PATRIARCADO AOS DIAS DE HOJE

O presente trabalho, inserido na linha de pesquisa “família e sociedade” do mestrado “Família na Sociedade Contemporânea” da Universidade Católica do Salvador, visa compreender a autoridade do pai frente ao declínio da sociedade patriarcal, período que se caracterizou por mudanças nas relações sociais, sobretudo, familiares, principalmente pelo processo de enfraquecimento de um modelo familiar fundado na figura de autoridade do pai. Pretende-se analisar como a autoridade do pai está presente, partindo de uma perspectiva interdisciplinar, com contribuições da Psicologia, Sociologia e da Filosofia, lançando o olhar para o contexto social e histórico, nos domínios teóricos e epistemológicos, a fim de entender o conceito resultante de autoridade que se tem na atualidade.

A questão da autoridade é bastante atual, tendo em vista que enfrenta séria crise na sociedade contemporânea e vem sendo alvo de críticas e questionamentos nas diversas esferas das relações humanas, como na política, educação, saúde, e na família. Horkheimer (1990), em 1968, auge dos movimentos democráticos na Europa, ao tratar sobre a autoridade, apresenta a importância que esta exerce na vida das pessoas, apesar de muitas vezes não ser reconhecida ou ser convertida para as representações das formas autoritárias de governo.

É exatamente por confundirem e misturarem os significados de autoridade e de autoritarismo, que muitos pais hoje têm se mostrado incapazes de exercer autoridade sobre os seus filhos, e conseqüentemente, a função de orientação e o poder de impor limites necessários para uma vida saudável na sociedade. Nesse sentido, aponta-se um nexos entre o autoritarismo na política e a autoridade exercida na família, uma vez que a questão da autoridade possui um caráter essencialmente universal.

De fato, as críticas à autoridade ganharam força na sociedade contemporânea como resposta a algumas experiências marcantes provocadas no período que vai do início até meados do século passado, pelos regimes ditatoriais e autoritários, como o Fascismo e o Nazismo na Europa. As conseqüências da ação desses regimes impuseram clima de ameaça e medo que inspiravam os governantes, assim como a privação da liberdade e repressões impostas por esses regimes. São comuns nas relações cotidianas ou nos círculos acadêmicos, como na perspectiva da Pedagogia não-diretiva¹, associações sobre a autoridade enquanto uma instância que impede o indivíduo de conquistar a autonomia e a independência. “A essa objeção, responderia em primeiro lugar que participo de um movimento que visa precisamente a ensinar as pessoas a se liberarem do peso e da desvantagem da autoridade e a procurarem a autonomia” (LOBROT, 1977, p. 09).

Os indivíduos que são levados a viver uma experiência nesse contexto pedagógico, segundo o autor, podem agir de uma maneira particular, que não lhes é permitida em um contexto em que a autoridade está presente; eles têm a liberdade de contestar a autoridade; devem situar-se melhor em relação às autoridades existentes na vida social, as quais na maioria das vezes são supervalorizadas. De um modo geral, eles são levados a remanejar o mundo de suas fantasias em relação à autoridade e conjuntamente construir para si novas fantasias e novas pulsões.

No entanto, a autoridade é um conceito que vai além - até mesmo contrário - de um limite imposto ou da supressão da autonomia e da individualidade do sujeito. De

¹ A Pedagogia não-diretiva é derivada da corrente psicossociológica. Essa pedagogia é, em sentido próprio, uma pedagogia revolucionária, não apenas no sentido de preparar as mudanças das estruturas sociais, mas também de já ser, parcialmente, uma mudança nas estruturas sociais existentes.

acordo com Sennett (2001), nenhuma criança poderia evoluir sem o sentimento de confiança e amparo que provém da crença na autoridade de seus pais. Segundo Arendt (2007), o sentido etimológico da palavra autoridade tem origem no vocábulo latim *auctoritas*, que deriva do verbo *augere* e significa incrementar, acrescentar, aumentar e fazer crescer. Segundo Cordes (2002), a autoridade do pai só pode fazer efeito se ela é provada pela experiência do limite, se nela se faz presente a dedicação e a transcendência vital.

Nesse sentido, torna-se necessário, que, ao contrário de se eliminar a relação de autoridade, se faça um resgate do seu significado verdadeiro, que nada mais é um vínculo afetivo entre pessoas que são essencialmente desiguais (SENNETT, 2001), mas que surge como a experiência do encontro com uma pessoa rica de consciência da realidade (GIUSSANI, 1998), ideal para a orientação efetiva do indivíduo. A autoridade, entretanto, é vivenciada e se propõe na sociedade contemporânea, freqüentemente, como algo estranho, algo que se adiciona ao indivíduo, mantendo-se fora da consciência, mesmo sendo ela legitimamente aceita.

O retrato do pai da sociedade patriarcal no Brasil é potente e extensivo, tendo em vista o tripé de funções descrito por Freyre (2003) na sua importante obra “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1933, onde o pai é provedor, dominador e tem a responsabilidade em agregar toda família, ou seja, o pai enquanto responsável pelo núcleo formador da hierarquia familiar, também contribuiu para a (des)construção e combate à autoridade nos dias de hoje. Castells (1999), partindo de um olhar contemporâneo, em meados da década de 90, corrobora quando afirma que o modelo patriarcal está enraizado na representação simbólica da autoridade na Modernidade.

Torna-se determinante para a presente pesquisa uma investigação mais cuidadosa sobre o patriarcado - sociedade colonial agrícola baseada no latifúndio, escravismo, monocultura e que se caracteriza por suas famílias extensas ligadas intrinsecamente à figura do pai enquanto modelo de autoridade e núcleo agregador (FREYRE, 1990), - e o seu processo de declínio, reflexo das mutações sociais, políticas e morais da Modernidade, que favoreceu uma diminuição dos espaços sobre os quais o pai justificava e legitimava a sua autoridade.

Freyre (1990) afirma que, no Brasil colonial, a criança esteve sempre conservada à distância do pai.

A administração da justiça pelo patriarca sobre a própria família, a autoridade exercida pelo adulto sobre o párvulo, no interesse real ou ostensivo da educação, ou da moralização do menino, não há dúvida que tomou muitas vezes o caráter francamente sádico. Sadismo, que apenas se atenuou ao estender-se o sistema patriarcal das casas grandes aos sobrados das cidades, onde os velhos continuaram a reinar sobre os moços de modo absoluto (FREYRE, 1990, p.70).

A autoridade paterna neste período assentava-se no saber adquirido pelas experiências e vivências do pai em encontrar soluções para os problemas do cotidiano. Nesse contexto, o saber se tornava legítimo e era transmitido durante o processo de socialização dos filhos, através de orientações verbais, ou, pelo próprio exemplo paterno, que projetava no futuro o saber adquirido no passado. Deste modo o pai justificava a autoridade: na condição de provedor financeiro da família; no saber adquirido na sua experiência de vida; nas posições hierárquicas de marido e de pai, e no caráter institucional de representante da unidade doméstica (ROMANELLI, 2000). A função do pai também se estendeu ao poder político: na ausência de um Estado regulador e responsável pelos indivíduos na sociedade, o pai, representante mais concreto da família, mantinha os membros aos seus mandos e cuidados, além de exercer a função de polícia, juiz, legislador e gerenciador da sociedade (FREYRE, 1990).

De acordo com Coelho (2007), os senhores de engenho transferiam para a vida pública seu autoritarismo e seus interesses pessoais e unilaterais, afirmando a essência das práticas oligárquicas e do coronelismo da sociedade patriarcal. Em outras palavras, o nepotismo das oligarquias e o mandonismo dos coronéis, de fato, têm sua origem na tirania dos senhores de engenho, presente nos domínios privado e público. Nesse sentido, é possível identificar no patriarcado a postura autoritária na política, assim como linhas de autoritarismo na família.

No entanto, ao longo da Modernidade, a sociedade sofreu muitas mudanças, e esta família tradicional arcaica descrita por Freyre que se afirmou no contexto da cultura rural modificou-se. “Os modelos de comportamento que regulamentavam nesse contexto, as relações entre os sexos e as relações de parentesco tornaram-se obsoletos e foram abandonados” (PETRINI, 2003, p. 61). As transformações

familiares são bastante visíveis na Modernidade, ainda que com variações de acordo com especificidade de cada grupo cultural ou classe social, havendo uma mudança de status segundo o sexo e a idade, sendo renegociados os papéis em termos de igualdade entre os sexos e as relações entre gerações, em termos mais democráticos. Este pode ter sido um fator de relevância para a construção do exercício da autoridade do pai na sociedade atual.

No decorrer do século passado, poderosas forças sociais e políticas propiciaram uma nova mentalidade e um novo cenário referente à família no mundo. O *Welfare State* (política do Estado de bem-estar social) elegeu o indivíduo como o centro agregador e indispensável para as políticas sociais, menosprezando a família ou a comunidade enquanto alvos nucleares dessas políticas. A influência marxista levou os agrupamentos de esquerda a identificarem a família como um lugar de mentalidade conservadora, contrária à militância e à revolução. A psicanálise tomou um rumo semelhante, quando considerou a família responsável por transmitir valores e modelos contrários à renovação da sociedade e à revolução sexual. Nesse sentido, a figura do pai, de modo especial, foi criticada, como autoritária e repressora.

A revolução sexual nos anos 60 foi um importante incentivador do redimensionamento político-social, apresentando como o centro das atenções a esfera individual e não mais a dimensão coletiva. A Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim no final do século passado, deu ênfase a um individualismo radical, com a reivindicação de direitos e negligenciou a cooperação entre os sexos e entre as gerações. Houve uma busca pela dignidade da mulher, juntamente com uma conquista de maior poder na sociedade e nos diversos ambientes da vida, utilizando como meios os direitos e a negociação como método (PETRINI, 2003).

Nesse contexto de mudanças familiares e mutações sócio-culturais, em uma época na qual há um clamor por igualdade, liberdade e pela democracia, vê-se a autoridade familiar ser bastante questionada, sobretudo, a do pai, tendo em vista a existência de resquícios simbólicos de uma representação autoritária, inclusive da masculinidade, proveniente do patriarcado. A sociedade convive com uma nova

mentalidade, com valores que enfatizam métodos democráticos e defendem uma maior liberdade de expressão e de agregação entre gêneros e gerações, muitas vezes opostos às relações de hierarquia.

A Modernidade caracteriza-se pela rapidez e multiplicidade das transformações sociais, econômicas e políticas, o que confere à sociedade valores instáveis e ambíguos, desafiando a compreensão por parte dos especialistas das ciências humanas. As subjetividades se constroem sob um panorama de fluidez, como são retratadas por Bauman (2004), denominando-as “subjetividades líquidas” ou efêmeras como caracterizou Lipovetsky (2002), e, em decorrência desse contexto, as relações humanas sofrem modificações intensas. A família tem sido alvo destas transformações, sendo passível de vários modelos de configuração. “À família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas” (ROUDINESCO, 2003, p.21).

Roudinesco (2003) ainda aponta que a figura do pai, ao perder a sua aura de virtude, isto é, a sua função de unificador e a posição autoritária na família, que em um período patriarcal dominava, forneceu uma imagem invertida de si mesmo, deixando transparecer um eu descentrado, autobiográfico e individualizado. “A pessoa vê-se fragmentada em uma multiplicidade de papéis, sem a possibilidade de encontrar um nexo entre eles, capaz de reconstruir sua consciência subjetiva unitária” (PETRINI, 2003, p.27).

Nesse sentido, o patriarcado, ao mesmo tempo em que pode ser considerado o ponto de partida para a construção da modernidade, não mais corresponde à mutabilidade dos valores atuais. Em seu estudo sobre o poder das identidades, Manuel Castells elabora um longo capítulo sobre o declínio do patriarcado, e o descreve como “enfraquecimento de um modelo de família baseado no estável exercício da autoridade/domínio do homem adulto, seu chefe, sobre a família inteira” (CASTELLS, 1999, p. 32).

A posição do pai enquanto figura de autoridade vem sendo associada historicamente a uma condição de insegurança e fragilidade, na medida em que a paternidade não

se funda mais no discurso social em torno da posição simbólica do “pátrio poder” - um paradoxo quando se evidencia que o vínculo de autoridade tem a função de orientar, organizar e dar segurança à família.

O problema da autoridade não está em eliminá-la da relação, mas em sustentá-la como um ideal para a evolução, crescimento e senso de realidade do indivíduo, sobretudo, não a desvirtuando em autoritarismo e abuso de poder. Segundo Mitscherlich (1981), quando o pai está presente enquanto modelo de educação e orientação – autoridade – deixa no filho duas marcas essenciais para o seu desenvolvimento psicossocial: um esquema inicial de organização do comportamento, o Super-Ego; e um certo número de capacidades práticas voltadas para o domínio da realidade.

O objetivo geral da presente investigação é realizar um estudo crítico e sistemático sobre a autoridade paterna, visando analisar as dimensões sociais e culturais pelas quais a autoridade foi ressignificada após o declínio do patriarcado no Brasil. A fim de investigar o percurso sócio-histórico e epistemológico que fez a autoridade paterna, foi necessária uma busca na literatura, tendo como ponto de partida o debate proposto por pensadores modernos e contemporâneos acerca da autoridade, como Arendt, Horkheimer, Adorno, Sennett, Freud, Foucault, entre outros autores que exploraram esta discussão, tanto na dimensão pública, ao tratá-la sob o ponto de vista político, quanto na dimensão privada, quando se aborda a questão tendo em vista a perspectiva familiar.

O debate sobre autoridade estendeu-se também ao estudo do patriarcado e o seu processo de declínio, em torno de autores como Freyre, Holanda, Therborne, Roudinesco, Castells, entre outros. Nesse sentido, pretende-se construir uma unidade lógica que seja coerente com o problema analisado, buscando assim fazer uma reflexão sobre como o pai vem desempenhando o seu papel enquanto personagem de autoridade na família e como esta é concebida pela sociedade brasileira hoje.

Levando-se em conta o objetivo geral do estudo, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos: a) Compreender o modelo social do patriarcado no Brasil, as

características do pai nesse período e a sua repercussão para a configuração da autoridade no momento presente; b) Elucidar as diferenças conceituais entre autoridade, autoritarismo, poder, dominação, tendo em vista que esses conceitos aparecem no cotidiano, às vezes como sinônimos e às vezes como conceitos que enfatizam aspectos diferentes, misturando os significados; c) Debater acerca da autoridade a fim de compreendê-la na sua dimensão pública, a partir da leitura política, e na perspectiva privada e/ou familiar, ou seja, elucidar as diferenças na configuração da autoridade sob um contexto familiar e político, e as suas mútuas influências; d) Entender as mudanças sócio-históricas e familiares, a fim de estabelecer o percurso e o contexto da autoridade paterna.

Este trabalho foi desenvolvido em quatro partes: a primeira, como já explicitado, referiu-se à apresentação da problemática da pesquisa, onde os objetivos foram definidos, e foi feito um breve percurso sobre a metodologia utilizada, ou seja, estabeleceu-se o recurso que serviu para delinear o processo de investigação. Esta também é destinada à contextualização do cenário atual, de mudanças sociais e familiares, que fazem emergir uma nova imagem de pai e de autoridade na modernidade.

A segunda parte e primeiro capítulo da presente dissertação propõe-se a realizar um diálogo sobre a autoridade através dos teóricos das ciências humanas, principalmente os autores da Escola de Frankfurt, como Adorno, Horkheimer e Arendt, levando em consideração as experiências marcantes que fizeram parte de um passado recente na Europa através dos regimes autoritários. É fato que essas experiências refletiram diretamente no contexto social brasileiro, tendo em vista que a autoridade é um fenômeno universal. Este capítulo visa também entender os diferentes conceitos como o autoritarismo, poder e dominação, além de questões que não se encerram no conceito de autoridade e que, no entanto, contribuíram para a sua construção na modernidade.

O segundo capítulo objetiva estabelecer um retrato da autoridade paterna frente ao declínio do patriarcado no Brasil. Busca-se descrever o modelo patriarcal na sociedade brasileira, da origem até o seu colapso, tendo como principal eixo de estudo a obra “Casa Grande e Senzala” do antropólogo Gilberto Freyre, e a

relação desse processo na caminhada para a configuração da autoridade do pai nos dias de hoje.

O terceiro capítulo, por fim, procura fazer uma revisão sobre a paternidade na contemporaneidade, de modo que se compreenda o sentido dado à autoridade paterna.

O estudo sobre a autoridade possui indiscutível relevância para os trabalhos sociais e acadêmicos, pois aprofunda um tema que é pouco difundido na sociedade científica havendo, sobretudo, urgência pela ampliação do debate interdisciplinar, ao mesmo tempo em que a autoridade é tão questionada quanto incompreendida nos dias de hoje. É evidente a importância que o pai possui para o desenvolvimento psicossocial do indivíduo e para formação da sua identidade, sendo a autoridade protagonista nesse processo. Portanto, é de relevância social a compreensão de como o homem vem desempenhando o seu papel na educação das crianças, além de entendermos o pai na sua complexidade, enquanto membro de uma família, na qual deve lidar com o público, através do trabalho e das relações sociais, e o privado. Quanto à importância científica, a presente investigação pode servir de fomento a pesquisas que também têm como proposta compreender a questão da autoridade em outros contextos, não apenas restritos ao universo da paternidade, uma vez que o fenômeno da autoridade é universal e necessário em todas as dimensões das relações humanas.

NOTAS METODOLÓGICAS

“Os homens medievais, que tinham um respeito pela autoridade dos autores antigos, diziam que os modernos, embora ao seu lado fossem ‘anões’, apoiando-se neles tornavam-se ‘anões às costas de gigantes’ e, deste modo, viam mais além do que os seus predecessores.”
(ECO, 2003)

O tema central desta dissertação refere-se ao universo da paternidade, tendo como eixo de estudo a autoridade do pai, frente ao que pode ser considerado um divisor de águas para a sociedade, o declínio do patriarcado. A autoridade é uma temática universal, tendo em vista a sua existência em todas as esferas de relações entre os homens, desde as mais corriqueiras brincadeiras infantis, a exemplo da criança que se apresenta como a figura de líder da turma e guia o processo de divertimento, seja na família, através da figura materna ou paterna, passando também pela política, entre outras inúmeras situações e relações. A forma de concebê-la é passível de mudanças, e varia de acordo com o contexto. É certo, por exemplo, que o exercício da autoridade no período patriarcal difere de como o pai desempenha esse papel hoje. Entretanto, o fato não anula a influência que o patriarcado tem no modo como o pai a exerce na sociedade contemporânea.

O primeiro passo da presente investigação tratou do debate teórico entre os seguintes autores clássicos da Modernidade: Hannah Arendt, Max Horkheimer e Theodor Adorno. Estes tiveram importância na formulação das Ciências Humanas no século passado, além de terem aprofundado a questão da autoridade, provocados pelo contexto sócio-histórico dos regimes totalitários, como o Nazismo, o Fascismo e o Stalinismo.

Segundo Horkheimer (1990), a definição geral de autoridade seria necessariamente vazia se comparada aos modelos de definições conceituais que tentam fixar elementos isolados da vida social sem levar em consideração os aspectos históricos e as mudanças da realidade. O conceito torna-se permanentemente abstrato, equívoco, ou até mesmo inverídico. No entanto, o autor afirma que até “definições abstratas contêm os elementos contraditórios que o conceito adquiriu em consequência de mudanças históricas, imediatamente próximas” (HORKHEIMER, 1990, p. 193). Logo, torna-se necessário um olhar para o contexto histórico, diante das mudanças sociais, a fim de compreender o sentido dado à autoridade.

É necessário lembrar que Horkheimer, juntamente com Adorno, foram os fundadores da Escola de Frankfurt, isto é, da teoria crítica da sociedade. Segundo estes autores, a sociedade atual encontra-se na necessidade de uma profunda revisão crítica, para assim poder retomar os ideais que lhe deram origem, superando os impasses e

distorções ocorridos até momento (PETRINI, 2003). Um dos estudos de Horkheimer – “Autoridade e Família” – esmiuçado na presente investigação, teve a sua primeira edição publicada em 1968 e tratou sobre a importância da família – enquanto autoridade – no processo de formação da pessoa humana, a fim de torná-la apta a desenvolver total autonomia para a vida social.

Além do diálogo com os autores clássicos da Modernidade, tendo em vista as suas contribuições pertinentes para a construção do percurso social e histórico que fez a autoridade na Modernidade, a presente investigação se propôs a investigar o modelo do Patriarcado brasileiro e o seu declínio enquanto um marco teórico para a compreensão do exercício da autoridade do pai na sociedade brasileira. A partir da perspectiva histórico-social de Gilberto Freyre em uma das suas mais importantes obras e um clássico da sociologia brasileira, “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1933, fez-se uma análise do modelo colonial do patriarcado no Brasil, enquanto nascente da intimidade da vida privada das fazendas, das casas grandes e senzalas, acima até mesmo da Igreja e do Estado. É nesse sentido que Coelho (2007, p. 78) afirma que a vida pública se confundia com a vida privada: “Os senhores de engenho e as famílias mais ricas transferiam para a vida pública seu autoritarismo e seus interesses particulares.” Segundo o autor, esta é a gênese do autoritarismo, do coronelismo e do oligarquismo na sociedade brasileira.

Por envolver um universo de sentimentos e por ser imerso em um quadro de predefinições, como é o caso da paternidade, pode ser mais fácil o investigador deixar-se levar por pressupostos pessoais e partir da sua experiência para a compreensão da autoridade paterna. Torna-se inevitável o itinerário de uma cuidadosa vigilância metodológica, tendo por base, sobretudo, a identificação dos preconceitos e das emoções acerca do objeto de investigação, de modo que a pesquisa não embase a sua teoria a partir de pré-noções e opiniões parciais, e que de fato se estabeleçam relações conceituais e contextuais, sobretudo com a realidade social, e não apenas com o mundo interno do autor. “É difícil falar sobre a autoridade de maneira não passional porque ela própria é passional. O caráter passional da autoridade manifesta-se tanto nos que a detém quanto nos que a suportam” (LOBROT, 1977, p.08).

Esta vigilância possui relação com o que Eco (2003, p. 32) afirma sobre o que é necessário para o processo de elaboração de uma pesquisa: “aprender a pôr ordem nas próprias idéias e a ordenar dados; é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um objeto que, em princípio, sirva também para os outros.” É necessário, a *priori*, segundo o autor, clarificar todos os objetivos da pesquisa, construir a problemática a partir de um quadro de referência teórica, evitando assim infundadas generalizações comuns.

Tendo em vista o recurso metodológico utilizado na presente investigação, a pesquisa bibliográfica, estabelece-se o estudo não como um trabalho isolado, mas como uma possibilidade de diálogo com outros pesquisadores, cujos trabalhos são consultados para uma maior apuração e aprofundamento acerca do objeto, e uma aproximação dialógica também com os leitores, para que se tenha a clareza necessária, precisão e conseqüentemente, credibilidade mediante a finalidade da pesquisa (BOOTH, 2008).

Nesse sentido, o debate teórico – que envolveu uma gama de pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas, como a Sociologia, a Psicologia, a Política e a Filosofia – estruturou a presente investigação em uma perspectiva interdisciplinar, que implica na busca da totalidade do conhecimento, sobretudo, na não-fragmentação e compartimentalização do saber, que, de certo modo, reduz ou limita o campo das idéias. A prática da epistemologia dividida, isto é, do conhecimento excessivamente especializado, implica na construção de um saber dissociado da realidade e, portanto, da existência humana. “É alienada e alienante toda ciência que se contente de desintegrar e dissociar seu objeto” (GUSDORF, 1977 *apud* MINAYO, 1994).

É fato que o presente estudo possui como eixo central de análise, a autoridade paterna, isto é, a autoridade nos domínios da família. No entanto, houve a necessidade de compreender a autoridade também na sua dimensão política, tendo em vista uma evidente relação encontrada entre as experiências do autoritarismo na política e a autoridade parental. Para Horkheimer (1990), a relação da pessoa com a autoridade não se encerra em providências conscientes, mas é determinada pelas condições sociais, políticas e econômicas, e pelos exemplos de personalidades

importantes na vida do indivíduo. Adorno (1950) corrobora quando afirma que a personalidade da criança se desenvolve no curso da educação familiar, tendo como referência a autoridade do pai, que porventura, é profundamente influenciada pelos fatores sociais e políticos. Nesse sentido, a perspectiva interdisciplinar torna-se não só uma questão de escolha pessoal do autor, mas de necessidade metodológica para o aprofundamento teórico do objeto de estudo.

A interdisciplinaridade só obtém êxito como forma de conhecimento e prática científica na medida em que a disciplina utilizadora (e igualmente, o sujeito que a pratica) se apropria da disciplina utilizada passando rigorosamente por dentro da sua problemática (MINAYO, 1994).

De acordo com o procedimento metodológico proposto pela filósofa de política Hannah Arendt (2007) para investigar a autoridade, é prudente fazer o estudo tendo por base o passado como referencial teórico. A autora acredita em um desaparecimento da autoridade no mundo moderno e por isso há dificuldade atualmente na compreensão de um objeto que pode estar obsoleto na sociedade contemporânea. Apesar de ser um argumento contestável, e um dos objetivos da presente pesquisa foi explorar o debate sobre a crise da autoridade na modernidade, o instrumental de Arendt é pertinente também porque contribui para a construção do método de pesquisa proposto nesta dissertação. Deve-se também considerar a história de vida de Arendt, levando em conta a importância que o seu percurso teve para a construção do posicionamento crítico em relação à autoridade.

A filósofa, de origem judia, nasceu em Hannover na Alemanha, em 1906. Embora tivesse perdido o pai muito cedo, teve a possibilidade de viver uma infância segura e feliz. A mãe a educou seguindo os preceitos do amor, ensinando os limites e a disciplina que se deve ter na vida. Durante o período da primeira guerra mundial, que culminou com a ascensão do poder nazista, Arendt não pôde ingressar na atividade docente, além de ser presa e ter assistido à partida para o exílio de muitos amigos. A filósofa sofreu o terror, vítima do racismo anti-semita, provocado pelo regime autoritário nazista e por isso não houve a possibilidade de viver uma experiência satisfatória e digna com relação à autoridade na política (ADLER, 2007). É possível analisar a experiência negativa que Arendt teve com a autoridade no

seguinte fragmento da sua obra “Entre o Passado e o Futuro”, que teve sua primeira edição publicada no ano de 1954.

Uma vez que não podemos recorrer a experiências autênticas e incontestes comuns a todos, o próprio termo (autoridade) tornou-se enevoado por controvérsia e confusão. Essa crise da autoridade, manifesta desde o início do século passado, é política em sua natureza e origem (ARENDDT, 2007, p. 127).

Nesse sentido, é necessária uma leitura crítica, com base na perspectiva política da autoridade. Arendt (2007) afirma que pouco sobre a sua natureza é auto-evidente, exceto os cientistas políticos que podem recordar-se de ter sido esse conceito fundamental para a construção de uma teoria política, ou pela maioria das pessoas concordarem sobre a existência de uma crise constante, e cada vez mais profunda, da autoridade na sociedade moderna.

A autoridade possui o poder – capacidade de produzir algo, competência que é específica de cada prática (GUARESCHI, 1992) - de conferir segurança, rigidez e permanência ao mundo em que predominam a instabilidade e fragilidade dos homens. Ela estabelece a sua construção sobre os alicerces da tradição e trouxe ao mundo a perspectiva de durabilidade e permanência de que os seres humanos precisam, justamente por serem eles mortais, imprevisíveis, instáveis e inconstantes. No entanto, a sociedade vem enfrentando uma ruptura das suas tradições, que reflete diretamente sobre o vínculo de autoridade, consequência direta da crise autoritária atual (ARENDDT, 2007).

O sintoma mais significativo da crise é ter ela se espalhado sobre as áreas de relações pré-política, isto é, a criação dos filhos ou a própria educação, onde a figura de autoridade sempre fora aceita tanto como uma necessidade natural, por exemplo, no desamparo da criança, como uma necessidade política, tendo em vista o fato que a permanência e continuidade de uma civilização somente podem ser garantidas se as crianças recém-chegadas por nascimento são guiadas através de um mundo preestabelecido e personificado pela autoridade (ARENDDT, 2007). De acordo com Mitscherlich (1981), quanto mais o desenvolvimento da civilização se torna complexo, tanto mais os pais perdem a função de educadores e conseqüentemente, o seu papel de autoridade na família.

O objetivo da sociedade moderna é oferecer uma vida digna da condição humana, na qual cada um possa realizar as diversas dimensões de sua personalidade, abandonando as restrições impostas pela menoridade, as

construções de autoridades externas e ingressando na plenitude expressiva da própria subjetividade (PETRINI, 2003, p. 27).

Logo, para chegar à compreensão da autoridade paterna na sociedade atual, torna-se determinante um olhar para o percurso social, histórico e político em que a autoridade foi construída. Tomar como pontos de referências, tanto a ascensão, como a queda dos regimes totalitários na Europa, e a influência da tradição do Patriarcado nos dias atuais, é fundamental para a revisão crítica da autoridade na sociedade contemporânea.

CAPÍTULO I
AUTORIDADE: UM PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO

1. O PERCURSO SÓCIO-HISTÓRICO

“Eu prefiro a família dita careta: em que existe alguma ordem, responsabilidade, autoridade, mas também carinho e compreensão, bom humor, sentimento de pertença, nunca sujeição” (LUFT, 2007).

Pensadores como Horkheimer, Adorno, Arendt, entre outros, contribuíram para a discussão epistemológica e social sobre a autoridade na sociedade moderna. Este capítulo procura, a partir do debate proposto, compreender como foi o processo histórico de configuração da autoridade, tendo em vista o itinerário cultural que permeou a construção do seu conceito. Para evitar mal entendidos, Arendt (2007, p.127) sentiu a necessidade de indagar *“o que foi – e não o que é – a autoridade”* e utiliza como argumento o fato de que somos tentados e autorizados a levantar esta questão por ter a autoridade em si desaparecido do mundo moderno.

Existe na sociedade atual, segundo a autora, uma oscilação entre conservadores e liberais acerca do entendimento sobre como as pessoas devem lidar com a autoridade. Enquanto os liberais acreditam que o progresso da humanidade só é conquistado com base na liberdade e qualquer caminho contrário é visto como reacionário, os conservadores defendem que a autoridade é fundamental para as instituições políticas e a sua ausência pode levar à anarquia (ARENDR, 2007). Essa realidade em que algumas compreensões se contradizem é consequência de um processo histórico mais amplo (HORKHEIMER, 1990), sendo política em sua origem e natureza (ARENDR, 2007).

Nesse sentido, Horkheimer (1990), na primeira edição da sua *“Teoria Crítica”*, apresentou a autoridade na vida das pessoas e o processo sócio-histórico na construção do que se entende por este conceito, utilizando como referência o discurso de Hegel quando afirma que a história é *“muito mais importante do que somos inclinados a admitir”*. O autor retrata a sua experiência com a autoridade, e afirma que esta pôde ser condicionada pelas situações históricas especiais, sobretudo pela transição para as chamadas formas autoritárias de governo, configurando-se uma realidade decisiva para toda a história vivida até agora.

Partindo desta perspectiva, vê-se no mundo moderno a relação entre autoridade e autoritarismo, este último atribui-se às experiências totalitárias dos governos surgidos na Europa na metade do século passado, como o Nazismo e o Fascismo. Pode-se ver, por exemplo, até mesmo nos dicionários de língua portuguesa que os sentidos etimológicos de autoridade e autoritário contêm os mesmos significados e partem da mesma origem. Segundo Ximenes (2000, p.104) autoridade significa o “1. Direito ou poder de dar ordens, fazer-se obedecer, etc. 2. Quem tem esse direito ou poder. 3. Influência, prestígio. 4. Pessoa tida como mestre em um assunto. 5. Representante do poder público.” Enquanto autoritário significa: “1. Relativo à autoridade, ou que se baseia nela. 2. Despótico, impositivo.”

1.1 AUTORIDADE EM HANNAH ARENDT – PERCURSO FILOSÓFICO E POLÍTICO

Dentre alguns pensadores modernos elege-se Hanna Arendt para analisar as origens filosóficas e políticas da concepção de autoridade, propondo reconsiderar o que este conceito foi historicamente e as fontes de sua força e significação, haja vista que a autora, no ano de 1954 publica “Entre o passado e o Futuro”, no qual faz uma análise histórico-interpretativa sobre a autoridade e estabelece um ponto de partida para o seu surgimento na história ocidental.

Face à atual confusão conceitual, a filósofa elabora algumas observações acerca do que a autoridade nunca foi, a fim de evitar os mal-entendidos mais comuns e assegurar que seja considerado o mesmo fenômeno e não uma série qualquer de problemas conexos.

Em virtude da autoridade sempre exigir obediência, é comum confundi-la com o uso do poder ou da violência. No entanto, a autoridade exclui qualquer forma de meios externos para a coerção, ou seja, onde a força é usada, a autoridade fracassa. Assim como também é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera de acordo com um processo de argumentação (ARENDR, 2007).

Para Arendt, a autoridade em si tem a sua base formada por uma relação desigual, mas é legitimada quando se reconhece o interesse pelo crescimento e evolução do

indivíduo. Na mesma linha de Arendt, Sennett (2001) equipara a autoridade com a figura de um maestro, o qual é capaz de guiar disciplinadamente todos os membros de uma orquestra com segurança, desenvoltura e competência, ou seja, uma pessoa indispensável para o grupo, sendo responsável por ensinar, modificar as maneiras de agir dos outros, disciplinando-os, através da referência a um padrão superior ou da competência, sem utilizar os meios da força ou da persuasão.

A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado (ARENDDT, 2007, p. 129).

Segundo Arendt (2007), as experiências políticas e, conseqüentemente, práticas de noção de autoridade surgiram a partir da fundação da cidade pelos romanos. No entanto, a autora concebe as suas raízes históricas pautadas pelo pressuposto da filosofia grega. Essa questão é expressa de forma mais clara na filosofia proposta por Platão e Aristóteles, os quais, de modos diferentes, tentaram introduzir algo parecido com a autoridade na vida pública da polis grega.

1.1.1. Autoridade em Platão

Segundo Arendt (2007), é provável que Platão tenha sido o primeiro autor a tratar do fenômeno da autoridade. O filósofo considerou a introdução da autoridade no trato dos assuntos públicos da polis, sendo uma forma utilizada para se contrapor à maneira grega usual de tratar os assuntos domésticos, através da persuasão – “contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica” (ARENDDT, 2007, p. 129) – assim como também contrário ao modo mais fácil de manejar os negócios estrangeiros, através da força ou da violência.

Em nenhum outro lugar o pensamento grego se acerca tão estreitamente do conceito de autoridade como na “República” de Platão. O autor aproxima o conceito de autoridade com o do utópico governo da razão representado pela figura do rei-filósofo, confrontando assim com a realidade da polis². Platão utiliza a razão como o

² Na polis grega, o governo absoluto era conhecido como a tirania, e a principal característica do tirano era governar por meio de pura violência. Protegia-se do povo por uma guarda pessoal e fazia com que seus súditos tratassem de seus próprios negócios, reservando-lhe o cuidado com a esfera

principal meio para exercer a autoridade, esta sendo superior à persuasão, e legitimou a coerção sem fazer uso dos meios de violência. Nessa perspectiva, a autoridade fundada na razão se constitui através da naturalização da coerção, anterior até mesmo a um mandato de ordem. A partir das verdades auto-evidentes, a coerção é aceita e respeitada, sendo mais forte que a persuasão e a discussão, além de não haver necessidade de violência para ser eficaz (ARENDDT, 2007).

Aquilo que ele buscava era uma relação em que o elemento coercivo repousasse na relação mesma e fosse anterior à efetiva emissão de ordens; o paciente torna-se sujeito à autoridade do médico quando se sente doente, e o escravo cai sob o domínio de seu senhor ao se tornar escravo (ARENDDT, 2007, p.148-149).

O problema a respeito da coerção pela razão, isto é, o impasse principal da filosofia política de Platão, a tirania da razão, está no fato que somente uma minoria se sujeita a ela, de modo que não é possível assegurar que o povo, que constitui em sua multiplicidade o organismo político, seja submetido à mesma verdade.

Em seus esforços para encontrar um princípio legítimo de coerção, Platão se baseou em uma série de modelos de relações existentes. O primeiro é o que representa o pastor guiando as suas ovelhas. Além de fazer parte da hierarquia natural, é essencialmente auto-evidente, isto é, as ovelhas têm necessidade dos pastores para a sua segurança e proteção.

O segundo se refere ao timoneiro de um barco e seus passageiros. O timoneiro possui o papel de guia, que conduz os passageiros, estabelecendo assim uma relação de eterna dependência. O terceiro exemplo é aquele da relação entre o médico e paciente. O paciente, doente, deseja a sua recuperação, e clama pela ajuda de um profissional da medicina ao qual se submete e depende dos seus auxílios médicos. O quarto modelo é o da relação entre o senhor e o escravo, relação hierarquicamente natural e vitalícia. Enquanto o escravo tem a obrigação de obedecer pela própria essência de submissão inerente, o senhor tem que governar e administrar pela sua constituição funcional. Por fim, o quinto é representado pela figura do artífice. Este só pode transformar a realidade a partir de mecanismos do intelecto que lhe permitem visualizar e prever as suas ações. É certo que em todos

pública. O tirano privava os cidadãos da faculdade política que era sentida por eles como essência mesma da liberdade.

esses modelos, exceto a relação dos senhores com os escravos e o pastor e suas ovelhas, a autoridade é fundada sobre um princípio de confiança.

1.1.2. Autoridade em Aristóteles

Arendt (2007) encontrou em Aristóteles a segunda tentativa de construir um conceito de autoridade em termos de governantes e governados. Para este filósofo, a razão não possui características ditatoriais ou tirânicas, e não existe nenhum filósofo-rei responsável por regular os negócios humanos.

A razão que aduz para sustentar que 'cada organismo político se compõe daqueles que governam e daqueles que são governados' decorre da superioridade do perito sobre o leigo, e ele é bastante cômico da diferença existente entre o agir e o fazer para ir buscar seus exemplos na esfera de fabricação (ARENDR, p.157, 2007).

Aristóteles foi quem primeiro discorreu, com a intenção de estabelecer o governo como responsável pelos assuntos humanos, sobre a diferença entre os mais jovens e os mais velhos, destinados uns a serem governados e outros a serem governantes. O autor foi também responsável por estabelecer diferenças entre a comunidade política (polis) e a esfera privada, representada pela casa. Enquanto na casa, a autoridade pode ser comparada ao modelo de governo monárquico, ou seja, formado por um homem só, o pai, a polis grega, ao contrário, é composta por vários governantes, tendo em vista que estes são os patriarcas que se estabeleceram como monarcas em casa, antes de se juntarem para constituir o domínio político-público da cidade. Nesse sentido, é possível apontar, desde o período Áureo da Filosofia Grega, um nexa entre a autoridade exercida na esfera privada e a prática da autoridade no âmbito político.

Vê-se que o governar a si mesmo e as diferenças entre governantes e governados pertencem a uma esfera que precede a ordem político-pública. Aristóteles diferencia o âmbito privado (comunidade familiar) e público, onde somente o primeiro "se ocupava em manter-se viva como tal e enfrentar as necessidades físicas inerentes à manutenção da vida individual e à garantia da sobrevivência da espécie." (ARENDR, 2007, 158-159). O cuidado com a preservação da vida e a satisfação das necessidades é de responsabilidade do mundo privado da família e para que haja o

controle destas necessidades é preciso a dominação. Tal domínio só pode ser conquistado controlando os outros e exercendo a violência sobre eles, que, como escravos, aliviam o homem livre de ser ele próprio coagido pela necessidade. O homem livre, cidadão da polis, não é sujeito à dominação artificial dos outros, nem é tampouco mais coagido por suas necessidades físicas.

Tanto Platão como Aristóteles pretendem introduzir a autoridade no tratamento dos negócios públicos e na vida da polis. Por consequência, ambos os filósofos fazem uma diferenciação hierárquica, no campo político, entre os governantes e os governados, ou seja, entre os que mandam e os que obedecem. No entanto, segundo Arendt (2007), eles não conseguem formular o conceito de autoridade em bases efetivamente políticas. Aristóteles extrai exemplos e modelos de autoridade apenas das esferas pré-políticas, do âmbito privado do lar e das experiências de uma economia escravista, tendo em vista que a necessidade de autoridade é mais plausível e evidente na educação de crianças do que em qualquer outra situação. A educação é responsável por preparar os inaptos para o mundo da política e para a igualdade na esfera pública. Politicamente, a autoridade só pode adquirir caráter educacional quando os antepassados, responsáveis por transmitir a tradição e conhecimento, representam o exemplo de grandeza para cada geração subsequente. Enquanto Platão extrai exemplos de modelos de autoridade na vida pública e estabelece sua legitimidade à luz de uma superioridade reconhecida e de uma relação de confiança.

1.1.3. Autoridade em Hannah Arendt: Origem Política

Se os expoentes da filosofia grega buscavam referenciais em um âmbito privado, na vida doméstica e familiar, para fundamentar a autoridade, foram os romanos que conceberam a autoridade sob o âmbito público, nos assuntos propriamente políticos. Segundo Arendt (2007), para compreender a experiência política de Roma deve-se levar em conta três pilares, a “trindade romana”: a tradição, a religião e a autoridade. A autoridade na política romana está estritamente relacionada com a experiência da fundação e preservação da cidade, consequentemente, com a tradição, que para os romanos, possui um caráter sacro na sua essência. Tendo em vista que a palavra

religião significa ligar-se ao passado e, conseqüentemente, manter uma tradição, os atos políticos e religiosos são praticamente idênticos (ARENDR, 2007). Devido à cidade de Roma oferecer aos deuses um lar permanente, diferente dos gregos, que cediam um lar aos deuses distante da morada dos homens, o poder coercivo da fundação era ele mesmo religioso.

Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os patres, os quais a obtinham por descendência e transmissão daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras, os antepassados chamados pelos romanos de maiores. A autoridade, em contraposição ao poder, tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos (ARENDR, 2007, p.164).

Arendt (2007) afirma que nesse contexto basicamente político, o passado foi vangloriado pela tradição. Esta tradição, responsável por legar o passado através dos testemunhos dos antepassados, inicialmente criou a sagrada fundação, e, posteriormente engrandeceu a sua autoridade no transcorrer dos séculos. Não obstante, enquanto existir tradição, a autoridade se encontra intacta. “Agir sem autoridade e tradição, sem padrões e modelos aceitos e consagrados pelo tempo, sem o préstimo da sabedoria dos pais fundadores, era inconcebível” (ARENDR, p.166, 2007).

Assim como na criação da cidade de Roma, o mesmo caminho se repetiu no processo da fundação da Igreja católica: a tradição foi respeitada e transmitida, inicialmente pelas figuras dos apóstolos de Cristo, sendo assim repetidas através das várias gerações subseqüentes. “Graças ao fato da fundação da Igreja Católica, embora, evidentemente, com conteúdo radicalmente diverso, a tríade romana de religião, autoridade e tradição pôde ser assumida pela era cristã” (ARENDR, 2007, p.169).

Nesse sentido, a autora confirma a força e a estabilidade da trindade romana: religião, autoridade ou tradição. Quando um destes elementos é posto em dúvida ou eliminado, os outros dois perdem a consistência e se esvaem. Foi assim quando Lutero questionou a autoridade temporal da Igreja Católica desafiando-a, ou quando Hobbes e outros teóricos políticos do século XVII pensaram que seria possível destruir a autoridade e a religião e ainda permanecer com uma tradição íntegra na civilização ocidental.

1.1.4. As Contribuições de Hannah Arendt na Reconstrução dos Direitos Humanos

O período que antecede e os dias que se seguem à explosão da Primeira Guerra Mundial em 4 de agosto de 1914, foram cruciais para o surgimento de uma proposta de reflexão acerca dos direitos humanos, tendo em vista a supressão desses direitos por uma parcela da população, além da perda da dignidade do homem que perdura até os dias de hoje sobre outras formas e configurações. Foram momentos marcados por uma exacerbação do nacionalismo, ao mesmo tempo em que há um apelo ao desenvolvimento bélico e tecnológico pelas grandes potências da Europa.

Hannah Arendt, de família judia e intelectual, em sua obra “Origens do Totalitarismo”, publicada em 1951, após a segunda guerra, tenta compreender as singularidades dos regimes totalitários e descreve a Primeira Guerra Mundial como uma explosão que dilacerou de forma irremediável a comunidade dos países europeus, como nenhuma outra guerra havia feito antes.

A autora descreve o período entre guerras da seguinte forma: a inflação que destruíra todas as classes de pequenos proprietários de modo a não deixar sequer esperança de melhora; o desemprego que atingia grandes proporções alcançando nações inteiras e não somente as classes trabalhadoras; as guerras civis que se alastravam não foram apenas mais cruéis do que as acontecidas anteriormente, mas foram seguidas por migrações de agrupamentos urbanos numerosos, que não eram bem quistos nos seus locais de origem, e nem nos lugares de fuga. “Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os direitos humanos, perdiam todos os direitos, eram o refugio da terra” (ARENDR, 1979, p. 300).

Esta pode ser a questão fundamental para compreender a contribuição de Hannah Arendt para a temática dos direitos humanos e o problema da origem do totalitarismo: os povos considerados sem pátria (apátridas) tinham perdido os direitos que até então eram considerados inalienáveis, os Direitos do homem, promulgados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 26 de agosto de 1789 na primeira fase da Revolução Francesa. Os povos tiveram que viver

muitas vezes sob a ausência total de uma lei que os protegesse; não tinham o poder de fala e de emissão de opinião; eram tratados com desdém, como homens apenas na sua dimensão biológica, negligenciando-se o seu aspecto de homem que vive em comunidade. Pode-se até pensar que essa situação – que era alimentada pelas políticas totalitárias, ao considerar os apátridas como inimigos objetivos e encarados como supérfluos para a sociedade – foi um grande passo para a grande catástrofe ocorrida nos campos de concentração, com a morte de milhares de judeus e outras classes de apátridas.

Para Lafer (1997), no mundo contemporâneo continuam a existir situações sociais, políticas e econômicas que, mesmo depois do fim do totalitarismo, contribuem para tornar os homens supérfluos e sem lugar na comunidade, como são os casos da pobreza, da miséria, da ameaça do holocausto nuclear, da irrupção da violência, dos surtos terroristas, da limpeza étnica e dos fundamentalismos excludentes e intolerantes.

De fato, o valor da dignidade da pessoa humana como fonte da ordem da vida social encontra sua expressão jurídica nos direitos humanos, positivados em declarações constitucionais, como na Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão de 1789 na França (LAFER, 1997). No entanto, segundo Arendt (1979) para haver a conquista desses direitos era necessário alcançar a completa emancipação nacional, e nesse sentido, os povos privados do seu próprio governo nacional não estariam possibilitados a usufruir dos direitos dos homens.

A desnacionalização tornou-se uma poderosa arma da política totalitária, e a incapacidade constitucional dos Estados-nações europeus em proteger os direitos humanos dos que haviam perdido os seus direitos nacionais permitiu aos governos opressores impor a sua escala de valores até mesmo sobre os países oponentes. Aqueles a quem haviam escolhido como refugio da terra – judeus, trotskistas etc. – eram realmente recebidos como o refugio da terra em toda parte; aqueles a quem a perseguição havia chamado de indesejáveis. (ARENDR, 1979, p.302).

Como se afirmava que os Direitos do Homem eram inalienáveis, irreduzíveis e indeduzíveis de outros direitos ou leis, não se invocava nenhuma autoridade para

estabelecê-los; o próprio Homem seria a sua origem e seu objetivo último. Além disso, julgava-se que nenhuma lei especial seria necessária para protegê-los, pois se supunha que todas as leis se baseavam neles. O Homem surgia como o único soberano em questões de lei, da mesma forma como o povo era proclamado o único soberano em questões de governo (ARENDDT, 1979, p. 324).

Nesse sentido, é possível fazer uma relação da forma de conceber os direitos humanos, enquanto conquista de emancipação e soberania do indivíduo como tal e do povo a que ele pertence – tendo em vista que toda questão dos direitos humanos foi associada à questão da emancipação nacional – com a crise da autoridade no mundo moderno e contemporâneo. “Mal o homem havia surgido como ser completamente emancipado e isolado, que levava em si mesmo a sua dignidade, sem referência a alguma ordem superior que o incorporasse como membro do povo” (ARENDDT, 1979, p.324-325).

1.1.5. Os Direitos Humanos e o Totalitarismo

No que se refere à inexorabilidade dos direitos humanos – contando que estes foram definidos como ‘inalienáveis’ porque se supunha independentes de qualquer forma de governo – criou-se uma problemática de dimensões catastróficas no momento em que seres humanos desnacionalizavam-se e deixavam de ter um governo próprio, no caso dos apátridas, dos refugiados da guerra, ou dos que residiam nos campos de concentração, sobretudo pelo fato de não existir nenhuma autoridade que pudesse protegê-los, nenhuma instituição que se dispusesse a garanti-los e leis que pudessem orientá-los (ARENDDT, 1979).

Os apátridas estavam convencidos de que perder a nacionalidade era idêntico a perder os direitos humanos e que a primeira levava à segunda. Segundo Arendt (1979), os direitos humanos, supostamente como bens inalienáveis do homem, mostram-se falíveis sempre que surgem pessoas que não são cidadãos de algum Estado soberano. Os direitos humanos proclamados pela Revolução Francesa em 1789 jamais haviam constituído uma prática no âmbito da política e da dignidade humana.

Nesse sentido, uma das grandes perdas que sofreram as pessoas privadas de direitos não foi somente a de proteção legal, mas também a perda dos seus lares, sobretudo, a impossibilidade de encontrar um novo lar. A proteção legal do governo foi outra considerável perda, fenômeno sem precedentes históricos, tendo em vista que a falta de proteção era restrita não somente ao seu país de origem, mas a todos os países (ARENDR, 1979).

O conceito de direitos humanos, baseado na suposta existência de um ser humano em si, desmoronou no mesmo instante em que aqueles que diziam acreditar nele se confrontaram pela primeira vez com seres que haviam realmente perdido todas as outras qualidades e relações específicas – exceto que ainda eram humanos (ARENDR, 1979, p.334).

De fato, a reflexão proposta por Hannah Arendt sobre os direitos humanos apontou a dimensão abstrata sobre quais esses direitos eram concebidos. É necessário compreender em qual plano político e cultural se desenrolou essa falsa e dissimulada aparência dada aos direitos do homem. Com essa finalidade, Arendt escreveu “Origens do Totalitarismo”, tendo em vista o interesse em entender – a partir da derrota dos governos totalitários na Europa, a começar pelo fim da Alemanha nazista – o que, por que e como havia acontecido; que culminou em uma atmosfera de violência, arbitrariedade, supressão dos direitos humanos, especialmente, da dignidade do homem, até uma compreensão precisa do processo de destotalitarização que se seguiu à morte dos grandes mártires dos regimes e movimentos totalitários, como Hitler, Stálin, Mussolini, Mao Tse Tung, contribuindo diretamente na construção da nova Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 (A) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Os movimentos totalitários em geral, principalmente a fama que desfrutaram os seus líderes, se caracterizam pela facilidade com que são substituídos. Pode-se ver, por exemplo, o caso dos sucessores de Stálin que não precisaram utilizar instrumentais que recorressem à memória do antecessor, nem lutas dentro dos partidos para se estabelecerem no poder.

Essa situação remete, segundo Arendt (1979), à volubilidade das massas, de modo que a essência dos movimentos totalitários sugere que estes só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo o que

os rodeia. Nesse sentido, a autora constatou que os regimes totalitários, enquanto no poder, e estes líderes, enquanto vivos, sempre comandam e lideram com o apoio das massas.

A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tão grandes crises internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intra-partidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas (ARENDR, 1979, p.356).

Essa confiança do povo em relação ao poder do líder totalitário se estende a um verdadeiro altruísmo dos seus adeptos, o que justifica assim o sucesso dos regimes totalitários. De certo modo, é coerente que as convicções das massas não sejam abaladas por crimes cometidos contra os inimigos do movimento. No entanto, os povos controlados pelos regimes totalitários não titubeiam nem quando eles mesmos começam a ser violentados, quando se tornam vítimas da opressão, quando são condenados e incriminados, quando são expulsos do partido e enviados para campos de concentração ou de trabalhos forçados. *“Para o assombro de todo mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu status como membro do movimento permaneça intacto”* (ARENDR, 1979, p. 357).

Em suma, Arendt (1979) caracteriza os movimentos totalitários como organizações maciças de indivíduos isolados e atomizados, diferenciando-se dos outros partidos e movimentos pela exigência da lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é realizada pelos líderes dos movimentos totalitários, até mesmo antes deles tomarem o poder, em decorrência da alegação implícita na sua própria ideologia, de que a organização, no seu devido tempo, abrangerá toda a raça humana. Segundo a autora, o totalitarismo jamais se contenta em governar por meios externos, isto é, através do Estado e de uma máquina de violência, mas se define através da sua ideologia e do seu papel no aparelho de coerção, construindo uma forma de aterrorizar e subjugar os seres humanos internamente, de modo que se elimina a distância entre governante e governado e estabelece-se uma situação na qual o poder e o desejo de poder não representam nenhuma função.

O líder totalitário, em essência, não é nada mais que um funcionário das massas que dirige a partir de uma ideologia que sustenta, legitima e impulsiona o seu poder e a subordinação das massas, diferente de pensar um indivíduo que está sedento de poder e que impõe aos seus governados a sua arbitrariedade e a sua vontade tirânica. “A tomada do poder através dos instrumentos da violência nunca é um fim em si, mas apenas um meio para o fim, e a tomada de poder em qualquer país é apenas uma etapa transitória e nunca o fim do movimento” (ARENDDT, 1979, p.376).

O que a ideologia totalitária visa, portanto, não é a mudança do mundo externo ou a transformação radical da sociedade, mas uma mudança da natureza humana. Os campos de concentração, local onde milhares de judeus foram desprovidos de qualquer direito à dignidade, ou até mesmo à existência humana, e milhares deles foram mortos, constituem os laboratórios onde mudanças da natureza humana são testadas, e, a infâmia não atinge somente as vítimas (presos) e as pessoas que administram os campos, mas todos os homens, destruindo-os (ARENDDT, 1979).

Com a queda dos regimes totalitários no final da primeira metade do século XX, há a propagação dos regimes de democratização e as apologias à liberdade, autonomia, individualidade, surgindo os movimentos, muitas vezes, contrários a qualquer princípio e práticas da autoridade. Eis que surge a Primeira Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948, reconhecendo a dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

São evidentes as conseqüências deixadas pelas grandes guerras e as práticas totalitárias quando, na Declaração, é considerado que o desrespeito e o desprezo aos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade, além de enfatizar que os homens gozam da liberdade da palavra e são conscientes que são livres do temor e da necessidade no mundo. Em suma, a Declaração dos Direitos Humanos proclama que, em um ideal comum a ser atingido por todos os povos e nações, deva-se promover, através do ensino e da educação, o respeito aos direitos e às liberdades do homem e adoção de medidas progressivas jurídicas, de caráter nacional e internacional, para assegurar a homogeneidade da implementação da Declaração em nível mundial.

No entanto, segundo Arendt (1979), as soluções totalitárias podem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação, que surgirá no momento em que pareça difícil eliminar ou até mesmo amenizar a miséria política, social ou econômica, preservando, sobretudo, a dignidade humana. Partindo também de experiências insatisfatórias com os regimes totalitários, Horkheimer e Adorno construíram suas concepções sobre a autoridade.

1.2 A AUTORIDADE E AS TEORIAS MODERNAS

1.2.1 A Autoridade em Horkheimer

Horkheimer (1990), durante o início da segunda metade do século XX, após a vitória das democracias sobre os regimes autoritários vigentes na Europa, dedica alguns dos seus estudos à compreensão da autoridade. O autor apresenta a importância que esta exerce na vida das pessoas, embora muitas vezes não seja reconhecida, ou se atribua à autoridade o mesmo significado das formas autoritárias de governo.

Todos os tipos de sociedade que se desenvolveram, desde as comunidades primitivas do passado até as formas mais evoluídas de sociedade, foram caracterizados por governos oligárquicos, nos quais um grupo de pessoas governava o resto da população. É fato que a maioria dos homens sempre trabalhou sob a direção da minoria e esta dependência se caracteriza, em muitos casos, numa perda da liberdade, ou mesmo da dignidade do homem. No entanto, essa situação não foi apenas fruto da coerção imediata que mantinha a ordem, mas também, uma predisposição dos próprios homens a aprender a acatá-la.

Segundo Horkheimer (1990), durante muito tempo a subordinação foi do próprio interesse do subordinado, assim como a submissão da criança a uma boa educação, condição essencial para o desenvolvimento das faculdades humanas. No entanto, assim como essa dependência possui aspectos positivos e indispensáveis na vida do sujeito, também foi se constituindo como um fator limitante, implicando em privações para os dependentes. A subordinação significou não somente a

eternização e naturalização da sua impotência, mas também uma limitação de ordem espiritual, se tornando um freio para o desenvolvimento humano em geral. (HORKHEIMER, 1990).

Portanto, a autoridade enquanto dependência aceita pode tanto significar condições progressistas para o desenvolvimento das forças humanas, correspondendo aos interesses dos dependentes, como também pode representar um conjunto de idéias sociais fundadas artificialmente, condições falseadoras dos reais investimentos dos interessados.

Baseia-se na autoridade tanto a submissão cega e servil, que subjetivamente resulta de indolência psíquica e incapacidade de tomar uma decisão própria e objetivamente contribui para a continuação de condições limitadoras e indignas, quanto a disciplina consciente de trabalho em uma sociedade em expansão (HORKHEIMER, 1990, p. 193).

Somente o todo da respectiva situação social pode responder até que ponto a autoridade pode favorecer uma relação madura e consistente, e que possui como destino o crescimento material e espiritual do indivíduo, ou se, a autoridade implica em uma privação da felicidade e força que é possível de ser alcançada. Horkheimer (1990) ilustra essa afirmação ao retratar o absolutismo entre os séculos XVI e XVIII, no qual a autoridade do rei foi revelada como um fator produtivo do desenvolvimento social, enquanto no século XIX, tornou-se uma característica retrógrada.

1.2.2 O Combate Iluminista à Autoridade

O pensamento burguês ilustrou de forma significativa o combate travado contra a autoridade no Iluminismo ao utilizar a razão dos indivíduos como fonte legítima de direito e verdade. Pode-se afirmar que o precursor na luta contra o princípio de autoridade foi o filósofo francês René Descartes. Segundo Horkheimer (1990), a idéia de libertação de Descartes foi o argumento utilizado na luta contra a fé nas autoridades políticas. “O iluminismo não combatia a afirmação de Deus, mas seu reconhecimento com base na mera autoridade” (HORKHEIMER, 1990, p. 195).

De acordo com Locke, a base do iluminismo é a razão. A fé é essencialmente o contrário e por isso, destrói a razão. Sendo assim, o homem deve usar suas próprias

faculdades intelectuais e não depender de autoridades. Outro pensador que cria a sua filosofia a partir da perspectiva iluminista é Immanuel Kant. A lei moral de Kant representa a liberdade, fruto de uma autonomia conquistada pela razão, sendo construída em um constante apelo à independência interior e a partir de uma retirada das meras atitudes e opiniões baseadas na autoridade. A busca por independência e liberdade, o fato de não lhe interessar sujeitar-se a uma autoridade, além do fato de encontrar a razão individual como a forma mais legítima das suas ações, principalmente por parte de uma burguesia que, diante de seus valores, vai contra os princípios absolutistas da Idade Média, foi limitante para a população (HORKHEIMER, 1990).

Já que eram desiguais os pressupostos da realização, a vida sob este princípio, apesar do enorme crescimento da produtividade operacional, era dura e deprimente. A miséria das massas no período absolutista e liberal, a fome diante da riqueza social fantasticamente aumentada em matérias-primas e métodos de produção mostram que a libertação foi, de fato, particular (HORKHEIMER, 1990, p. 198).

Levando em consideração que o Iluminismo caracteriza o indivíduo como isolado e independente, pode até parecer necessário que a abolição das antigas autoridades conquistasse suas pretensões, tendo em vista que o sujeito teria a liberdade de agir sob os seus próprios meios. No entanto, a libertação significou, em muitos casos, o fato dos sujeitos se sentirem abandonados. O indivíduo entregue a si mesmo se via diante de uma força externa à qual ele tinha de conformar-se. Ele não deveria reconhecer como obrigatório para si o julgamento de alguma instância humana sem exame racional. Nesse sentido ele se encontrava só no mundo e tinha que sujeitar-se se não quisesse o seu fim. As próprias condições em que ele se encontrava se tornaram autoritárias (HORKHEIMER, 1990).

Por mais que a razão oriente as relações e condutas na Idade Moderna, de modo que esta seja responsável por conduzir o indivíduo a construir o seu mundo sozinho, livre de amarras humanas, pelo menos consciente, existe uma ilusão quanto à libertação envolvida. Essa situação pode ser observada na suposta autonomia, por exemplo, que um empresário possui, podendo ser livre e independente, escolher segundo seus critérios os empregados, o local de trabalho, entre outros detalhes de uma produção. No entanto, o empresário, assim como os seus empregados, sofre influência na sua práxis, das necessidades sociais e econômicas. Vê-se, portanto, um elemento irracional no fundamento das relações, tendo em vista que as

condições de trabalho, as relações impostas, a lucratividade, a persuasão, são determinados pelo mercado, sobretudo, porque não advém da cabeça pensante do homem, mas de fatores sócio-econômicos.

Sob o regime econômico atual, a sociedade parece tão cega quanto a natureza inconsciente; pois os homens regulam o processo através do qual ganham a vida na coletividade social, não por deliberações e decisões coletivas, mas a produção e distribuição de todos os bens se processa por inúmeros atos e discussões não-coordenados de grupos e indivíduos (HORKHEIMER, 1990, p. 201).

Assim como na condição de empresário, a recusa filosófica de autoridade também é presente na vida do trabalhador, desde a primeira metade do século XVI quando os grandes senhores de terra expulsaram dos seus campos os arrendatários e os privaram de todos os seus meios de subsistência. A partir da execução maciça de “vagabundos” neste período é dado o início ao percurso de miséria dos trabalhadores livres. A teoria de que o sujeito seria o responsável por construir o seu caminho encontrou já nos séculos anteriores à Revolução Industrial do século XIX sua expressão, sobretudo, na falta de piedade com que os pobres eram comprimidos nas minas e manufaturas. Ao mesmo tempo em que o trabalhador é livre para escolher onde trabalhar ou em que área de produção, há uma necessidade econômica que, paradoxalmente, não lhe permite a escolha, tornando-se assim escravo de uma autoridade que lhe assegura o trabalho e determina suas condições.

Crianças, anciãos e enfermos trabalhavam treze ou mais horas por dia, sob condições de trabalho subumanas, nas quais as greves eram punidas severamente e salários mantidos em valores baixíssimos. Estas condições faziam parte de um contexto de pobreza e miséria que os trabalhadores “livres” viviam.

Não é a contradição entre a existência dessas massas que certamente não foram chamadas servos, mas foram exploradas da maneira mais terrível, e não é a teoria da liberdade e da dignidade do homem que, desde os tempos de Pico della Mirandola, domina a filosofia, que se discute aqui, mas tão-somente um elemento da relação trabalhista dos tempos modernos, ou seja, o mascaramento da autoridade, tal como ela resulta para o trabalhador (HORKHEIMER, 1990, p. 204).

A sujeição às condições econômicas que o trabalhador aceita no “contrato livre” de trabalho representa a sujeição à vontade particular do seu chefe (empresário). Ao admitir a autoridade dos fatos econômicos, o trabalhador reconhece a autoridade e a posição de mando do empresário. Sendo assim, as autoridades não foram

derrubadas, apenas se mascararam atrás do poder anônimo da necessidade econômica. O fato dos homens aprenderem a se sujeitar a uma hierarquia foi um dos fatores responsáveis por impulsionar a produtividade operacional do trabalho.

Além do componente econômico que orienta as relações dos indivíduos, legitimando a autoridade, o fator social também sustenta a máscara sobre qual a autoridade é representada. As relações profissionais e particulares, sujeitas aparentemente à sua própria lei, são determinadas pela dependência, que se baseia no modo de produção e é expressa diretamente na existência das classes sociais. O seu produto é o próprio sujeito, que mesmo se sentindo livre, reconhece serem inalteráveis os fatos socialmente condicionados. O indivíduo se vê em liberdade, porém, sendo determinado por uma realidade específica que lhe é essencialmente inerente. *“Aquele fato social cujo reconhecimento como fato natural sanciona de maneira mais direta possível as relações de dependência existentes é a diferença da propriedade”* (HORKHEIMER, 1990, p. 209-210).

A ordem hierárquica na sociedade contemporânea é mantida através de uma necessidade e não é reconhecida expressamente. Portanto, é a necessidade que justifica a ordem hierárquica. *“É uma autoridade insípida e ao mesmo tempo aparentemente racional”* (HORKHEIMER, 1990, p. 209-210). Além de ser reconhecida na religião, através da imagem, implicada de racionalidade, de um Deus sábio e milagroso, e que, porém, desconhece o percurso da vida, apenas garantido pela fé, esta autoridade também está contida nas imagens artísticas e cotidianas dos homens, e legitimadas por condicionantes naturais.

Também a pura autoridade objetiva, como, por exemplo, o saber de um médico, é atingido por ela. A sorte que ele teve de se formar em virtude de uma série de constelações fortuitas e de adquirir influências parece ele mesmo e a seu paciente o resultado de uma capacidade e de um valor humano mais alto, em suma, mais uma qualidade natural, que uma condicionada socialmente; e esta consciência se exprime com uma força tanto maior quanto menos o paciente lhe tem a oferecer devido à sua posição, à sua riqueza, ou, finalmente, devido à sua doença interessante” (HORKHEIMER, 1990, p. 211).

Nesse sentido, existe uma ordem sendo legitimada pelo trabalho, que é direcionada pelas autoridades. Não obstante, o são por causa de seus bens e outros acasos de sorte. A noção do mérito verdadeiro, o conhecimento extraordinário e a capacidade prática se esvaem em virtude do paradoxo da “moral falsa da razão”. “Eles parecem

menos o bem da comunidade do que o direito legal ao poder e à exploração” (HORKHEIMER, 1990, p. 211).

A saída para afastar-se da ordem vigente não significa a perspectiva de uma falta anárquica e inseqüente de autoridade, nem através da cultura do entendido, a que sabe diferenciar o verdadeiro saber do charlatanismo. Quanto à atitude do anarquista, esta é fruto do exagero de autoconfiança burguesa na própria liberdade, que é possível ser exercida na hora que bem entender e em qualquer lugar. Quanto ao parecer inteligente, o fato deste se limitar a um objeto isolado negligencia o contraste da verdadeira realização na arte e nas ciências com as condições reinantes. A renúncia à autoridade não seria apenas uma utopia, como também, uma atitude descabida e retrógrada, um retorno aos tempos primitivos (HORKHEIMER, 1990).

É necessário que os bens de que os homens precisam para viver sejam resultado de um esforço humano dirigido segundo um plano que leva às decisões - a autoridade - não mais fruto de interesses de classes divergentes. É necessária a subordinação à autoridade, reconhecendo-a a partir do investimento e do interesse que são os mesmos das pessoas que são sujeitadas. “A ordem vinda de fora é apenas a expressão do interesse próprio, pois ele é comum a todos em geral” (HORKHEIMER, 1990, p. 211).

1.2.3 A Autoridade paterna em Horkheimer

A relação dos indivíduos com a autoridade, preestabelecida pela forma especial do processo de trabalho na época moderna, requer uma interação constante das instituições sociais com a construção e a permanência dos modelos característicos que correspondem à autoridade. Esta relação não se encerra em providências conscientes como a igreja, escola, associações esportivas e políticas, teatro, imprensa, mas é exercida pela influência das próprias condições reinantes e pelos exemplos de personalidades importantes para o destino do indivíduo. Nesse sentido, as forças econômicas e culturais servem de guias que orientam os indivíduos. “E

mesmo os desejos são plasmados de forma precisa pela situação social e todas as diversas forças de formação que nela se encontram” (HORKHEIMER, 1990, p. 214).

A família possui importância enquanto geradora de circunstâncias que influenciam de modo decisivo a formação psíquica dos indivíduos, tanto pelos mecanismos conscientes quanto inconscientes. Esta é responsável por manter os caracteres humanos, correspondentemente tal como a vida social os exige, como por exemplo, através da educação autoritária, da qual dependeu a sobrevivência da ordem burguesa (HORKHEIMER, 1990).

Segundo o autor, Santo Agostinho foi um dos expoentes que contribuiu para a descoberta de que família possui a tarefa de educar para o comportamento autoritário na sociedade. O pai tem a responsabilidade de harmonizar a família, o que significa existir uma relação de mando e obediência, lei retirada da sociedade, para assim estabelecer a paz entre os indivíduos.

Na história do desenvolvimento da família, desde os tempos absolutistas até os liberais, emerge uma forma de preservar a educação para a autoridade, de modo que a obediência direta não é mais exigida, mas sim, o uso da razão. Deve-se reconhecer a necessidade do indivíduo em seguir um “outro”, partindo do princípio da razão, devido a uma reconhecida superioridade e/ou competência. Quem almeja chegar a algum lugar, para não sucumbir no meio do percurso, deve aprender a ajustar-se aos outros.

Segundo Horkheimer (1990), esta educação está presente na concepção protestante de família. O pai é concebido enquanto o procurador da lei, o dono do poder, o provedor, visivelmente superior fisicamente, sendo instituído pela natureza e por isso tendo uma legitimação divina. Essa força física aparece também como uma relação moral a respeitar. “A criança não deve apenas levar em conta esta superioridade, mas deve ao mesmo tempo respeitá-la ao levá-la em conta” (HORKHEIMER, 1990, p. 215). Nesse sentido, o pátrio poder é concebido como sinônimo de progresso do filho, que utilizando o conhecimento e a maestria paterna, tem a possibilidade de se desenvolver (crescer) psicossocialmente.

A autodisciplina do indivíduo, o senso de trabalho e de disciplina, a capacidade de perseverar em idéias definidas, a lógica na vida prática, o uso da razão, a perseverança e alegria em atividades construtivas, tudo

isso, em dadas circunstâncias, podia ser desenvolvido sob o ditame e a direção do pai que, por sua vez, havia em si mesmo a escola da vida (HORKHEIMER, 1990, p. 216).

A objetivação da autoridade encontrou sua expressão mais imediata na concepção protestante de Deus. Existem elementos inquestionáveis que fazem reconhecer a autoridade enquanto digna de respeito à qual o indivíduo se deve sujeitar. Horkheimer afirma que não é porque Deus seja sábio ou bondoso que o homem lhe deve obediência e veneração, mas sim, porque a obediência é uma forma de se buscar a salvação. Esta afirmação contradiz com a prática social reinante, em que a aceitação da dependência conduz ao seu contínuo aprofundamento. Na consciência da sociedade atual, a autoridade não se configura apenas como uma relação, mas como uma qualidade que é inerente ao superior, ou seja, uma qualidade fixa, de modo que não é anarquicamente negada. Uma autoridade que não deve ser questionada, tampouco duvidada.

Além da força natural de superioridade inerente ao pai que permite a coesão imediata da família burguesa, há outro fato, aparentemente também inato, que permite o estabelecimento do pai enquanto autoridade na família: ele é o senhor em casa porque ganha dinheiro, ou, porque, ao menos, possui.

Os homens livres da sociedade burguesa da família moderna não podem mais ser vendidos pelo pai, o filho adulto e seus filhos não permanecem sujeitos à soberania do avô; porém, a circunstância de que na família burguesa normal o homem possui dinheiro, este poder, em forma substancial, e decide sobre seu uso, torna 'seus' mulher, filhos e filhas, também nos tempos modernos, deixa a vida destes amplamente em suas mãos, força-os à sujeição à sua liderança e comando (HORKHEIMER, 1990, p. 219).

Assim como na economia da modernidade, vê-se na família um vínculo de submissão espontâneo, que não compete ao termo escravidão. É mais visível na sociedade moderna do que nas antigas o desespero de mulheres e crianças, o roubo da sua felicidade, a exploração material e psíquica por causa da posição preponderante do pai fundada na economia (HORKHEIMER, 1990). Deve-se levar em conta o contexto social vivido pelo autor e considerar a situação turbulenta protagonizada pelo poder tirânico dos regimes ditatoriais que refletia diretamente na postura a respeito da educação familiar e até mesmo sobre a concepção de homem.

1.2.4 Família Burguesa: educação para a autoridade

Segundo Horkheimer (1990), o poder do pai é fundado e naturalizado a partir de duas raízes, a do posicionamento econômico e da força física. Na família burguesa vê-se a autoridade paterna sendo transformada em hábito. O filho, se não quiser causar nenhum conflito no reduto familiar, tem que subordinar-se ao poder do pai, que representa poder, sucesso, fortaleza e riqueza.

Na família de produção, a posição do pai enquanto autoridade é muito mais explícita, tendo em vista que ele é o chefe da produção e por isso tem uma grande importância na produtividade essencialmente por causa do dinheiro que contribui. Já na família burguesa, de acordo com a divisão do espaço do trabalho e da família, o pai pode aparecer em casa como o senhor e exercer a função de acostumar os filhos à obediência e humildade. Vê-se na alta burguesia e até nos grupos de trabalhadores e empregados as gerações que não questionam a estrutura do sistema social e econômico, aceitando-os como naturais e eternos.

O estudo da formação do caráter autoritário na família demonstrou que a inferioridade comum dos homens, a falta de iniciativa, a facilidade na subordinação e ordem e as realizações culturais são impulsionadas pelas relações dos filhos com os pais, ou com os seus representantes, e com seus irmãos (HORKHEIMER, 1990).

Para a formação do caráter autoritário é especialmente decisivo que as crianças sob pressão do pai aprendam a não atribuir cada insucesso a suas causas sociais, mas a deter-se nas razões individuais e hipostasiar estas, ou religiosamente como culpa, ou naturalisticamente como falta de vocação (HORKHEIMER, 1990, p. 221-222).

Enquanto a estrutura básica da vida social e a cultura não se alterarem, a família, reprodutora dos tipos de caráter autoritários, continua exercendo a sua influência. Deste modo, os movimentos políticos, morais e religiosos vêm como dever da família a reprodução desses ideais autoritários. Segundo o sociólogo e político social Le Play, atribui-se à decadência da autoridade paterna a responsabilidade por todos os males dos tempos modernos. Le Play afirma que a fé em um único Deus e a submissão à autoridade paterna são os dois princípios eternos de toda a sociedade, tendo a obediência como o símbolo da paz social (HORKHEIMER, 1990).

A autoridade paterna, legitimada através da obediência, exige valorização, de modo que qualquer instrução, aprendizado de leitura e escrita, ou a própria educação externa se torna uma ameaça, podendo extinguir a autoridade do pai e, conseqüentemente, a obediência. Nesse sentido, a luta contra a religião e as forças contrárias à figura paterna são fatores que contribuem para a desconstrução do princípio de autoridade e tendem a lançar um caráter ilusório, quiçá errôneo, à expressão da autoridade, de modo que esta não conduz o indivíduo para a busca da autonomia.

Em um debate envolvendo Theodor Adorno e Hellmut Becker por volta do fim da década de 50, algumas propostas de educação foram discutidas a fim de eliminar a barbárie pela qual as pessoas viviam durante o regime totalitário nazista na Alemanha, cenário em que se vê por toda parte regressão à violência física primitiva. Adorno (2003) afirma que a conquista da autonomia pelo indivíduo é a solução para a crise instaurada na Alemanha após a segunda guerra. A forma sobre qual a barbárie se reveste, segundo o autor, é de, em nome da autoridade, ou de poderes estabelecidos, as pessoas praticarem precisamente atos que estabelecem a deformidade, o impulso destrutivo e a essência fragmentada das pessoas. É neste contexto de poderes ilegítimos, de uso da força e da violência para sustentar a autoridade, que se começa a ter um posicionamento crítico, até certo ponto pejorativo, frente à autoridade.

Por outro lado, a violência não pode ser considerada como barbárie quando esta é uma forma estratégica de geração de condições humanas mais dignas (ADORNO, 2003). No entanto, vê-se uma postura do autor contrária ao princípio de autoridade, quiçá, em razão de experiências negativas vivenciadas em uma Alemanha destruída pela segunda guerra e contaminada por valores nazistas.

Neste momento estou mais inclinado a desenvolver essas questões na situação alemã. Não por pensar que não sejam igualmente agudas em outros lugares, mas porque de qualquer modo na Alemanha aconteceu a mais terrível experiência de barbárie de todos os tempos, e porque, afinal, conhecemos a situação alemã melhor a partir de nossa própria experiência viva (ADORNO, 2003, p.156-157).

Segundo o autor, a perpetuação da barbárie na educação é mediada essencialmente pelo princípio de autoridade e por isso, a dissolução de qualquer tipo de autoridade não legitimada, principalmente na primeira infância, constitui um dos

principais pressupostos para a desbarbarização da sociedade. Neste sentido, Adorno (2003) expõe a condição de que os pais também são produtos e produtores da cultura da barbárie.

Determinadas manifestações de autoridade, que assumem outro significado, na medida em que não são cegas e não se originam do uso da violência, mas são conscientes e têm um momento de transparência para a própria criança, contribuem para o processo de desbarbarização. A criança não pode nem ser submetida à violência, assim como também não ser submetida à insegurança, por não se oferecer a ela alguma orientação. “Quando os pais dão uma palmada na criança porque ela arranca as asas de uma mosca, trata-se de um momento de autoridade que contribui para a desbarbarização” (ADORNO, 2003, p. 167).

A autoridade é um fenômeno psicossocial em essência, entretanto, não significa necessariamente que seja a própria realidade social, além do que, existe algo como uma autoridade técnica, isto é, o fato de que um homem entende mais de algum assunto do que outro e por isso tem mais autoridade. Assim, a autoridade adquire significado a partir do âmbito do contexto social em que se apresenta.

Adorno (2003) também contribuiu para a desmistificação do olhar sobre a autonomia e emancipação enquanto processos opostos à autoridade, isto é, o modo como nos convertemos em indivíduos autônomos não reside no protesto contra qualquer tipo de autoridade. Algumas investigações empíricas realizadas por Else Frenkel-Brunswik, parceira de Adorno em *Authoritarian Personality*, revelaram justamente o contrário, ou seja, as crianças categorizadas como comportadas, que se subordinavam a uma instância considerada por elas superior, tornavam-se pessoas autônomas e com opiniões próprias antes das crianças que recusavam a submeter-se à autoridade.

É o processo chamado por Freud como “desenvolvimento normal”, pelo qual as crianças se identificam com uma referência de pai, ou uma autoridade, interiorizando-a. Em seguida, por um processo doloroso e marcante, as crianças ficam sabendo que essa figura de pai pelas quais se identificaram não corresponde ao eu ideal que aprenderam dele, libertando-se assim do mesmo e tornando-se

pessoas emancipadas. Nesse sentido, o rompimento com a autoridade é necessário. No entanto, só é possível para o indivíduo tomar consciência de si e da sua identidade, a partir do encontro com a autoridade. “Penso que o momento da autoridade seja pressuposto como um momento genético pelo processo de emancipação” (ADORNO, 2003, p. 177).

1.2.5 A Personalidade Autoritária

Em um estudo realizado por Adorno e outros pesquisadores a fim de compreender a origem e a permanência da estrutura de uma personalidade caracterizada como autoritária, típica dos homens fascistas em potencial, por volta da segunda metade do século XX na Europa, fez-se necessário a construção de uma teoria global da personalidade. Esta última é considerada uma organização de forças internas mais ou menos duradouras, podendo determinar a resposta a várias situações, o que impulsiona o comportamento do sujeito.

Nesse sentido, foi possível compreender que essas forças são necessidades, advindas dos instintos, desejos, impulsos emocionais, que variam entre os indivíduos em quantidade, intensidade, além de interagirem umas com as outras em padrões harmoniosos e conflitantes. Tendo em vista que a personalidade é nada mais que uma organização de suas necessidades, esta pode ser vista como um determinante das preferências ideológicas e se desenvolve sob o impacto do meio social, jamais podendo isolá-la do seu contexto. Os efeitos sociais na construção da personalidade são mais profundos quanto mais cedo eles se fizerem presentes na vida do sujeito. O estudo da personalidade autoritária de Theodor Adorno esclarece a influência das forças econômicas e sociais sobre o cenário familiar, clarificando uma imagem sobre o que é ser autoridade na família ou até mesmo no mundo público.

As principais influências sobre o desenvolvimento da personalidade surgem no curso do ensinamento dado à criança no cenário da vida familiar. O que acontece aqui é profundamente influenciado pelos fatores econômicos e sociais. O problema não é apenas o fato de cada família tentar criar suas crianças de acordo com as normas dos grupos sociais, étnicos e religiosos a que pertencem. Também ocorre que fatores econômicos afetam diretamente o comportamento dos pais em relação às crianças. Isso significa que as mudanças mais amplas nas condições sociais e nas

instituições terão relevância direta no tipo de personalidade que se desenvolve em uma sociedade. (ADORNO, 1950, p. 06)

A personalidade é um produto do ambiente social passado, e uma vez que já foi desenvolvida, possivelmente deixa de ser puramente um objeto passível da própria contemporaneidade. O que se desenvolve é uma estrutura interna que é capaz de selecionar os vários estímulos e de iniciar suas próprias ações no contexto social, “algo que embora seja sempre modificável é muitas vezes resistente às mudanças fundamentais” (ADORNO, 1950, p. 06).

O autor afirma que se a personalidade já está formada há algum tempo, desde a primeira infância, por exemplo, a estrutura da personalidade pode ser tal que torna a pessoa vulnerável às influências externas. Horkheimer (1990), em sua análise sobre autoridade e família, revela que a família é a base para a autoridade, e nesse sentido se constitui o sustentáculo para a personalidade autoritária.

O papel desempenhado por esse novo tipo de família nuclear será essencialmente contraditório. Por outro lado, é nela que a criança abandona o seu estado de ‘asselvajamento’ e interioriza toda uma série de comportamentos autoritários. Positiva, por um lado, como primeiro momento de socialização, a família está, na maior parte das vezes, condenada a tornar-se irremediavelmente o local onde a reificação da autoridade, a glorificação da autoridade paterna, a fixação dos papéis masculinos e femininos atinge seu clímax, constituindo assim o ponto de partida para a ‘familiarização’, para a aceitação da relação de autoridade em geral. (HORKHEIMER, 1990, p.23)

É fato que a diversidade do ser humano nos grupos sociais exerce influência sobre as estruturas das famílias. Mesmo que as famílias proletárias se desenvolvessem seguindo um padrão eminentemente burguês e a autoridade no início do capitalismo tenha atingido uma crueldade extremada, a ponto de obrigarem as crianças a trabalhar, podiam também surgir outros tipos de relações em que sentimentos de comunidade favoreciam um clima de união entre as pessoas na família e até com seus semelhantes fora dela. (HORKHEIMER, 1990)

Dos sofrimentos pela realidade, que sob o signo da autoridade burguesa oprimem a existência, pode nascer uma nova comunidade de casais e filhos, que por certo, não está fechada, à moda burguesa, contra outras famílias do mesmo tipo ou contra os indivíduos do mesmo grupo. (HORKHEIMER, 1990, p. 233).

Além dos fatores econômicos serem influentes na reprodução da família burguesa, existe também um mecanismo interno que fortalece esse modelo vigente: a influência dos pais sobre o casamento dos filhos, que acreditam que o casamento

tem que ser vantajoso financeiramente e socialmente, chegando a ser contrário ao sentimento erótico-afetivo da juventude. (HORKHEIMER, 1990).

No entanto, essa linha de pensamento não compete à realidade atual, na qual os pais não têm mais a mesma força de persuasão dos idos dos anos 40, ou em outras palavras, pode-se denominar de “força das ligações fracas” (DONATI, 2008, p. 158), pelas quais as relações entre pais e filhos são mais livres e, portanto, de certa forma, mais fluídas.

Em alguns círculos burgueses e feudais, por exemplo, foi comum o uso do deserdamento ao lado de outros tipos de repressões morais e físicas. Na luta contra os livres impulsos de amor, a família tinha apoio da opinião pública e a proteção dos poderes públicos. É possível até encontrar na literatura Renascentista-Iluminista, tanto nos fragmentos que retratam a resistência e pressão de filhos e filhas à autoridade, quanto naqueles em que se manifestam os problemas de adultério e da mulher infanticida, expressões da luta contra o poder familiar e uma busca expressa por mais espontaneidade nas relações.

Horkheimer (1990) referencia duas obras clássicas do Renascimento que criticam a autoridade da família em detrimento de um sentimento erótico: Romeu e Julieta e Dom Juan de Marco. As figuras dessas obras retratam o abismo que há entre o direito do indivíduo à felicidade e a exigência soberana da família autoritária.

Na consideração pelo dote, pela posição social e pela capacidade de trabalho dos cônjuges, na especulação quanto ao proveito e honra por meio dos filhos, no respeito pela opinião dos vizinhos, e sobretudo, na dependência interior a conceitos arraigados, a costumes e convenções, neste empirismo do homem moderno, criado e transformado em natureza, se escondem impulsos fortíssimos de respeitar a forma da família e confirmá-la na própria existência. (HORKHEIMER, 1990, p. 235).

Segundo Horkheimer (1990) a família modifica a sua estrutura e sua função em períodos isolados e em função dos grupos sociais. Quanto mais a sociedade sofre mutações, em consequência de suas leis imanentes, menos a família pode fazer justiça. O resultado é a substituição da autoridade familiar por uma autoridade Estatal. É uma tendência da economia para destruir os valores e instituições culturais que a burguesia construiu e manteve vivos.

Enquanto no apogeu do período burguês havia uma fecunda interação entre família e sociedade, no sentido de que a autoridade do pai era

fundamentada pelo seu papel na sociedade e a sociedade renovada com auxílio da educação patriarcal para a autoridade, a família naturalmente imprescindível torna-se agora um problema de mera técnica governamental. O elemento destrutivo da cultura ressalta com maior força sobre o elemento conservador. (HORKHEIMER, 1990, p. 235-236).

No entanto algumas tendências essenciais da família burguesa podem ser encontradas na sociedade atual. A educação de caracteres autoritários para qual a família é qualificada com base em sua própria estrutura autoritária não pertence às manifestações passageiras, mas a uma estabilidade relativamente permanente.

1.3 AUTORIDADE: DIVERSIDADE CONCEITUAL

Para desenvolver uma investigação sobre a autoridade é necessário entender outros conceitos que na sociedade moderna estão estritamente ligados e são muitas vezes englobados com o mesmo significado: o autoritarismo, mais relacionado ao universo político, mas que reflete significativamente sobre a forma de conceber a autoridade na família, o poder, tanto no que tange às micro-relações de poder entendidas por Foucault, como no que se refere aos abusos de influencias, e as relações de dominação, comuns no nosso cotidiano.

Segundo Lemos (2005), o conceito de autoridade pode ser visto das mais variadas formas, desde por um simples dicionário de Ciências Sociais até mesmo nos ensinamentos do Torá, nome dado aos cinco livros que compõem o texto central da religião judaica. É possível compreender que a depender do momento histórico e da cultura, muda-se o discurso que se tem sobre a autoridade. Na conceituação de um dicionário social, Lemos³ (apud MIRANDA, 1986), destacou as mais variadas formas de autoridade segundo a sua aplicação e nos mais variados contextos. O autor define autoridade em seu aspecto geral como uma superioridade de qualquer espécie: da ciência (o saber), de vontade (homens que nasceram para guiar), de credibilidade, cargo de ministro (padres, mestre, Estado, igreja), da pura força (o

³ LEMOS, José Roberto. *Educação pela Dureza: um elo de ligação entre autoridade e autoritarismo*. São Carlos: UFSCAR, 2005.

tirano ou o mais forte). Em seu aspecto estrito, o autor a define como o direito de mandar, obrigar e de guiar. Esta autoridade pode se efetivar por todos os meios pelos quais os homens exercem sua ação sobre outros homens, seja através da coação externa, do castigo, temor, veneração, amor ou convencimento interior. A autoridade produz sobre aquele que a exerce sentimento superior em relação a ela mesma, e nos seus subordinados o sentimento de obediência à autoridade, a compreensão do significado desta e submissão para cumprir ordens.

O conceito de autoridade surgiu em Roma durante a República, abrangendo inicialmente as relações primárias, e a Igreja transportou esse conceito para outros tipos de relações, reformulando-o, de modo que fosse montado um aparato político institucional eclesiástico, combinando Religião, Igreja e Governo. Desde o período da república até o século XVI, a Igreja reinou dominante, e só perdeu o poder quando houve uma tentativa em restaurar as idéias iniciais, período este que se chamou de Reforma Protestante.

Devido às transformações econômicas, sociais e políticas, marcadas pela secularização, o conceito de autoridade entrou em processo de separação da religião e da política, período este que abrangeu o século XVI até o XIX no qual surgiram os ideais libertários que tentavam combater o autoritarismo em que a autoridade havia se transformado ao longo dos séculos. A autoridade passou então a ter sua origem nos meios políticos, sendo o veículo de racionalidade necessário para fazer a mediação entre as instituições conflitantes e a unidade dos Estados, possibilitando aos chefes de Estado transcender ao poder coercitivo. O sociólogo Émile Durkheim, por exemplo, associava a autoridade a um tipo repressivo de sociedade que se anunciava em declínio, na medida em que a igualdade, a liberdade e a fraternidade eram os principais ideais de progresso da humanidade. (LEMOS, 2005)

1.3.1 Autoridade e Poder

Nesse sentido é que outro importante sociólogo, Max Weber, distinguiu autoridade de poder. Segundo Weber, o poder exerce sua força de modo vertical, isto é, como qualquer possibilidade de impor interesses a qualquer relação social de forma coerciva, enquanto a autoridade diz respeito à possibilidade de se conseguir obediência de uma pessoa ou um grupo por meio de três formas diferentes: a partir do tipo carismático, tradicional e racional. Este último é aquele que obedece às ordens objetivas, estabelecidas pelas sociedades dentro de um aspecto legal; o tipo carismático é considerado como aquele que goza de confiança, revelação, heroísmo ou é um exemplo no meio onde ele vive; o tipo tradicional obedece àquele que é o senhor pelas tradições vigentes. (MIRANDA, 1986).

O filósofo francês Michel Foucault também contribuiu para a desconstrução da autoridade na modernidade, embora seja de modo implícito, tendo em vista que ele não menciona diretamente o conceito de autoridade, mas estabelece uma nova concepção sobre o problema do poder na sociedade contemporânea, contrário à concepção de Weber. Para Foucault (1988) existe uma distinção entre poder e dominação, o que significa que nem toda relação de poder requer a existência necessariamente de uma relação assimétrica de dominação. Segundo o autor, quando se fala em poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, ou um governo, uma classe social dominante, ou o poder que existe na relação do senhor com o escravo, o que contraria o seu pensamento quando se refere às relações de poder.

Em todas as relações humanas, sejam elas uma comunicação verbal, um relacionamento amoroso, uma relação econômica ou institucional, o poder está sempre presente, isto é, as pessoas procuram conduzir o comportamento do outro, sendo estas relações modificáveis, reversíveis e compreensíveis. No entanto, em muitos casos existem estados de dominação, em que as relações de poder são fixadas de tal maneira que elas são perpetuamente assimétricas e a margem de liberdade é extremamente limitada. Além das relações cotidianas dos homens na

sociedade serem conduzidas pelo poder, a Ciência também é construída através desses tipos de relação, o que dificulta uma apropriação de conteúdos sustentadores para a emancipação do homem. Essa perspectiva, um tanto quanto niilista de Foucault, segundo Camargo (2006), pode ter sido influenciada diretamente pelo posicionamento crítico de Nietzsche perante a razão. Esta última é compreendida pela ciência, pela filosofia ou até mesmo pela cultura ocidental, de modo que a razão moderna é um momento aperfeiçoado de uma vontade de verdade, que nada mais é que uma vontade de poder.

1.3.2 A Psicanálise e a autoridade

Mesmo diante de um quadro teórico em que é provável que se identifique um desprestígio da função paterna na sociedade contemporânea, a questão do pai é bastante investigada pelos autores da escola psicanalítica. No entanto, a autoridade paterna e a sua força simbólica não se apresentam como focos de problematização para Freud e seus seguidores. A Psicanálise é importante para compreender a função paterna, os seus efeitos na construção da subjetividade do indivíduo e as conseqüências familiares e sociais.

Para a Psicanálise, a autoridade e a sua simbólica se referem ao aspecto da relação do sujeito com a lei, de modo que essa lei é interiorizada pelo sujeito durante o início da vida e é fundamental para a constituição da subjetividade do indivíduo. No desenrolar do seu percurso teórico, Freud delineou alguns conceitos para compreender a lei que foi interiorizada pelo indivíduo, dando especial atenção ao período da infância. Nesse sentido, Mograbi e Herzog (2006) elencaram algumas figuras definidas por Freud para estabelecer noção à lei interiorizada, sobretudo, procurando dar suporte à concepção de autoridade simbólica. Nesse sentido ele utilizou o conceito de defesa na sua obra “As Neuroses de Defesa”, publicada em 1894, ou a censura em “A interpretação dos Sonhos” em 1900, os diques de moralidade na sua obra “Três Ensaios sobre a Sexualidade”, publicada em 1905, a definição de ideal do eu em “Sobre o narcisismo: uma introdução” em 1914, e o conceito de Supereu, a partir de “O Eu e o Isso” em 1923.

Esses conceitos tendem a dimensionar o principal discurso propagado pelos freudianos entre os saberes científicos do ocidente: a idéia de repressão. A figura do pai e a simbólica da autoridade podem ser identificadas apenas pelo aspecto proibitivo, de certa forma, negativo e pejorativo, suprimindo a dimensão humana e interessada do pai em uma educação saudável e que permita o desenvolvimento do sujeito. Menezes (2009), ao verificar as condições mediante as quais o discurso freudiano sobre o sexo é construído, tendo por base a *hipótese repressiva* de Michel Foucault, entende que a repressão é encarada como o desaparecimento, o banimento e o enclausuramento.

Em outro estudo, no qual investiga a apropriação de Freud pela cultura, quando o criador da Psicanálise resgata o mito grego de Édipo⁴ como sustentáculo para a teoria psicológica do inconsciente, Menezes (2002) estabelece que o sujeito expresso no mito e, depois, o complexo é tensionado entre dois objetos de amor e de ódio: o pai e a mãe. Em outras palavras, Édipo faz parte de uma rede de relações (com o pai e a mãe), responsável pela configuração da sua subjetividade, sendo por isso o expoente da estruturação psíquico-familiar.

Falar do pai nesse sentido implica em explorar a importância do envolvimento necessário com esta figura, representante de uma função tão importante na sociedade contemporânea ocidental: a da proibição e da prescrição, papel atribuído ao ápice da civilização à lei. A representação do pai, em especial na teoria freudiana ocupa um lugar central, determinante e articulador de toda a teoria (MENEZES, 2001).

As proibições, funções atribuídas ao pai, são as regras para a consolidação de uma moral sexual, fundamental para a constituição dos vínculos sociais, tendo no tabu do incesto e na exogamia a base para a delimitação desses vínculos. Menezes (2000)

⁴Édipo é um personagem da mitologia grega, famoso por ter matado o pai, Laio, e casado com a própria mãe, Jocasta. Segundo a lenda, Laio, rei de Tebas, havia sido alertado de que haveria uma maldição: de que seu filho o mataria e casaria com a sua esposa. Por esse motivo, Laio o abandonou e o pregou em uma cruz no monte Citerão para tentar matá-lo. No entanto o menino foi recolhido e batizado por um pastor de nome Edipodos. No seu percurso, Édipo encontrou um homem e sem saber que é seu pai, Laio, se arrisca em um duelo e termina por matá-lo. No decorrer da sua história, Édipo voltou à sua cidade natal e casa-se, sem saber, com a sua mãe, Jocasta e tem quatro filhos. De acordo com a consulta a um oráculo, Édipo descobre que Jocasta é a sua mãe. Jocasta comete o suicídio e Édipo fura os próprios olhos acusando a sua cegueira pelo fato de não ter reconhecido a sua própria mãe.

afirma que o tabu do incesto foi criado como uma função pedagógica, para obrigar o homem primitivo a criar estratégias para evitar a violência que a expressão dos seus desejos, sem a imposição do olhar paterno, provocaria. Para Freud (1999) o tabu do incesto traz no seu conceito dois significados: o do “sagrado” e o de “terrível”, “proibido” e “impuro”. No entanto, a partir do tabu do incesto, vão ser criadas as normas e leis para conduzir a vida do indivíduo na sociedade.

Em seu inconsciente não existe nada que mais que gostassem de fazer do que violá-los, mas temem fazê-los; temem precisamente porque gostariam e o medo é mais forte que o desejo. O desejo está, inconsciente embora, em cada membro individual da tribo, do mesmo modo que está nos neuróticos (FREUD, 1999, p. 74).

A autoridade simbólica, segundo Freud, implica no temor do sujeito ao poder do pai. A partir da autoridade paterna, que serve como modelo a ser conquistado pela criança, é que os ditames culturais e as leis são interiorizados. Em palavras utilizadas pela Escola Psicanalítica: com base no poder da palavra paterna é que o ideal de eu - se imprime como um ideal que se caracteriza como a entrada do sujeito na lei externa - se configura, de modo que “as pessoas se esforçam por atingir como sendo a sua felicidade” (FREUD, 1999, p.107).

CAPÍTULO II

O PATRIARCADO E SEU PROCESSO DE DECLÍNIO

2 O PATRIARCADO E A FAMÍLIA

“Pai e filho são, pois, elos de uma corrente que assegura continuidade da família. Ao mesmo tempo, a fundação da família faz surgir uma nova autoridade que é a do pai: autoridade absoluta, que chega até ao direito da vida e de morte sobre os filhos e pela qual a família obtém os meios de transmitir rigorosamente aos descendentes seus bens, poderes e tradições.” (DUPUIS, 1989)

O Patriarcado é um tema muito investigado pelos sociólogos, antropólogos e historiadores brasileiros⁵. Nos escritos de Gilberto Freyre, a sociedade patriarcal é o ponto de partida para a configuração da forma de ser do povo brasileiro atualmente. Vê-se nos estudos das famílias patriarcais a presença marcante da autoridade do patriarca e as relações de submissão à figura paterna na família, havendo, quiçá, extensão dessa autoridade para o domínio público. Segundo Freyre (*apud* Bruschini, 1990), o patriarcado, base familiar da sociedade agrária escravocrata do Brasil colonial, dava importância fundamental ao núcleo conjugal e à autoridade masculina, sendo função do patriarca, chefe ou “coronel”, dono do poder econômico e mando político.

Casa Grande e Senzala é uma das obras centrais sobre o Patriarcado no Brasil, escrita por Gilberto Freyre por volta de 1930, em que o sociólogo descreve a família patriarcal colonial brasileira, estendendo a sua contribuição na compreensão dos aspectos fundadores da sociedade colonial até o seu declínio, porém, não a sua total extinção, nos fins do século XIX.

O que Gilberto Freyre nomeou de ‘crise da família patriarcal’, que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século passado, teria alterado a estrutura

⁵ Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Nestor Duarte e Darcy Ribeiro são autores significativos para o estudo da Sociedade Patriarcal no Brasil e o seu reflexo na contemporaneidade.

familiar, as relações de gênero, inviabilizando formas de ser masculino e feminino, tornando homens obsoletos, potentes cujo nome perdia importância, respeito e autoridade em nível social (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2002, p. 114).

Trata-se de uma obra que desafia o pensamento tradicionalista vigente, - na qual implica uma série de discursos que visa imprimir um ideário nacionalista e configurar a imagem da nação brasileira, - ao incluir o negro e o índio como contribuintes na formação do povo brasileiro. É nesse sentido que Freyre qualifica a mestiçagem, isto é, as relações e cruzamentos entre brancos, negros e índios como fundamentais para a melhora da população que colonizara o Brasil, fruto do hibridismo e diversidade do povo brasileiro, na qual tinha como o cenário, a Casa Grande, e conseqüentemente, a família patriarcal. No entanto, Freyre de modo algum deixa de retratar o pai como o responsável por gerir esse processo. Esta família a que Freyre se refere, além de acentuar a autoridade do patriarca, apresenta a importância que as mucamas negras tiveram para formação dos valores patriarcais. “Ao lado do sistema patriarcal, agrário ou mesmo pastoril, inteiramente rural e urbano, desenvolveram-se às vezes quase como outro sistema, e sistema rival dominante, a miscigenação” (FREYRE, 1998, p.777).

A família patriarcal teve importância central na formação do país, e foi responsável por construir e sustentar os comportamentos públicos e privados, sobretudo, por definir os papéis sociais dos indivíduos, tendo em vista a ausência de outro órgão que fosse destinado à estabilização das relações sociais. Esta força social que se desdobra em política substituiu o lugar do diretor do Estado, fazendo com que a realeza portuguesa, de certo modo, reinasse sem governar. A lacuna deixada pelas autoridades portuguesas, distantes de terem um olhar acolhedor sobre a colônia, abriu espaço para as famílias brasileiras desempenharem alguns papéis sociais, incluindo até mesmo o exercício político (FREYRE, 1990).

Dentro de uma sociedade patriarcal e até feudal, isto é, com espaços ou zonas sociais sociologicamente equivalentes às das sociedades feudais, como foi o Brasil durante o tempo quase inteiro da escravidão entre nós, não eram cidadãos nem súditos que aqui se encontravam como elementos básicos ou decisivos da população, porém, as famílias e as classes (FREYRE, 1990, p.473).

Nesse sentido, para Freyre, o político não é algo além, que se deva conquistar e construir segundo critérios definidos e necessários, mas é uma dimensão que toma como ponto de partida as relações sociais realmente existentes. Se estas são marcadas por relações familistas, dado o papel central da família na formação social brasileira, os mesmos princípios familiares também terão peso nas relações políticas que se constroem. Já em Sérgio Buarque de Holanda, na sua obra *Raízes do Brasil*, o político será algo a ser construído independentemente e que pressupõe a negação da família e da ordem privada, com a qual é incompatível. A ordem política passa por uma relação de interesses e pela criação de uma estrutura estatal que se diferencia dos valores e princípios familiares (ITABORAÍ, 2005).

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante às leis da cidade. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (HOLANDA, 1995, p.141).

A família patriarcal figurou com linhas de autoritarismo, - que não raras vezes tomou um caráter francamente sádico na relação do patriarca com suas crias, mas com o objetivo real ou ostensivo de uma educação ou da moralização (FREYRE, 1990) do menino - de abuso, empreendedorismo e de valentia, diante de todo tecido social (FILGUEIRAS, 2009).

2.1 O PAI PATRIARCAL

O patriarca é aquele que ocupou o lugar central dentro das famílias coloniais (THERBORN, 2006). O surgimento do pai do patriarcado é equiparado à formação

da civilização ocidental e partindo do seu contexto ele não possui concorrência quanto à importância tanto na esfera política, como em influência cultural nas famílias antigas.

Freyre (1998) concebe o pai patriarcal como personagem que concentra para si poderes distintos. Ele era, no contexto da colônia, a lei, a política e até mesmo, a religião, tendo em vista que no universo rural das colônias, ocupou-se da função de socialização das crianças em torno da sua figura potente e agregadora (PETRINI, 1992). Era esse homem que tinha o poder de julgar, prender e regulamentar os combates surgidos no ambiente de um Estado incipiente, ou ainda em consolidação naquele momento da história (FREYRE, 1998).

Nesse sentido que, de fato, a diminuição do poder centralizador do pai do patriarcado está relacionada à ascensão do Estado e dos mecanismos políticos modernos, que outrora se encontravam distantes da administração pública, sendo substituídas pelas famílias, mais especificamente pela figura paterna, exercendo a função de polícia, de juiz, de gerenciador e de legislador. A figura do pai no patriarcado, potente e extensiva, só foi possível em um contexto de ausência do Estado no controle social. A queda do coronelismo representou a substituição das atribuições de ordem e segurança da família para as mãos do Estado (FREYRE, 2004).

Esse modelo de estrutura familiar necessariamente enfatizava a autoridade do marido, relegando à esposa um papel mais restrito ao âmbito da família. As mulheres depois de casadas passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa no desempenho da função doméstica que lhes estava reservada. Monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava reforçavam essa situação, ou seja, a da distribuição desigual de poderes no casamento, o que conseqüentemente criou o mito da mulher submissa e do marido dominador, também impropriamente usado como válido para toda a sociedade brasileira (SAMARA, 1998, p. 14).

A leitura que se faz do pai do patriarcado como autoritário e abusivo pode correr o risco de tornar-se simplista e reducionista, tendo em vista o fato de se tomar um caráter de militância à questão, ligada mais a experiências pessoais negativas que a um estudo objetivo, ao não se levar em consideração o contexto histórico em que foi produzido o patriarcado, que o exigia naqueles moldes (FILGUEIRAS, 2009). Pela dimensão de poderes outrora em suas mãos concentrados, na atualidade, o pai patriarcal é visto como produtor de violências que somente puderam ser rompidas

devido à quebra do seu poder na sociedade e na família, proveniente dos discursos da Ciência e do retorno efetivo e operante do Estado.

Segundo Gilberto Freyre, no auge do patriarcado, a família era a entidade que exercia a atividade política, e naturalmente, os poderes políticos se faziam sentir dentro dela e repousavam nas mãos do pai, além de ser uma agente para o desenvolvimento da socialização brasileira.

A autoridade do pai, exaltada de forma contundente nos estudos de Freyre, foi uma temática que contribuiu para discussão sobre a influência do Patriarcado na formação da identidade do povo brasileiro. Pode-se afirmar que esse é um terreno explorado pelo movimento feminista, ao criticar o Patriarcado, buscando a igualdade econômica, política e social entre os sexos. Nesse sentido, a autoridade paterna também ganha contornos críticos, sobretudo, pejorativos. Segundo Bourdieu (2007), várias são as especulações sobre o patriarcado a respeito das práticas abusivas relacionadas à submissão das mulheres e crianças ao autoritarismo.

O pai era a figura central na família, que tinha a função de agregar, dominar, prover e gerenciar a casa e reproduzia no sistema social brasileiro a hierarquia das relações familiares (FREYRE, 1990). A família patriarcal se constituía como o lugar da autoridade paterna, o espaço natural de afetos entre os membros que se estendem aos agregados, além de ser o veículo de preparação do indivíduo na sociedade, ou seja, na ausência do Estado, a figura do pai, representando a família, mantinha seus membros sob seus mandos e cuidados. O autor define a situação atual brasileira como uma reprodução natural dos valores patriarcais, seja nos hábitos dos homens na sociedade, ou nas suas próprias casas, a partir de hierarquias e comportamentos de dominação.

Bourdieu (2002) retrata o Patriarcado como uma das estruturas históricas do ocidente mais estabelecidas. Segundo o autor, a prática da dominação masculina do pai sobre todos é um hábito legitimado na sociedade, principalmente através dos três pilares estratégicos de socialização da cultura ocidental: a Igreja, a Família e o Estado.

Nesse sentido, a sobrevivência do patriarcado estaria, essencialmente, na presença do “Grande Pai”, posteriormente assumida pelo Estado, elemento apontado como a causa da transformação do papel paterno na sociedade brasileira, quiçá, um dos responsáveis pelo declínio da autoridade do pai na sociedade contemporânea. Freyre (1990) aponta que o modelo patriarcal transcendeu a colônia e sobreviveu no tempo em muitos dos espaços do Brasil, influenciando nossos hábitos na sociedade e as expectativas familiares e sociais.

Por outro, foi um período de diferenciação profunda - menos patriarcalismo, menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário; e mais individualismo pela mulher, da mulher, do menino, do negro – ao mesmo tempo que mais prostituição, mais miséria, mais doença. Mais velhice desamparada. Período de transição. Patriarcalismo urbanizou-se (FREYRE, 1990, p.126).

De acordo com Freyre (1990), o processo de crise do patriarcado, possui relação direta com três elementos: a importância crescente do bacharel citadino sobre o patrão rural, o desenvolvimento das cidades e o surgimento das políticas estatais que tomaram das mãos dos pais suas atribuições de mando e cuidado (FILGUEIRAS, 2009).

O absolutismo do pater família na vida brasileira – pater família que, na sua maior pureza de traços, foi senhor de casa-grande de engenho ou de fazenda – foi se desenvolvendo à medida que outras figuras de homens criaram prestígio na sociedade escravocrata: o médico, por exemplo, o mestre-régio; o diretor de colégio; o presidente de província; o chefe de polícia; o juiz; o correspondente comercial. À medida que outras instituições cresceram em torno da casa-grande, diminuindo-a, desprestigiando-a (FREYRE, 1990, p.238).

2.2 A DISPENSA DO PAI E O DECLÍNIO DO PATRIARCADO NA CONTEMPORANEIDADE

“O Patriarcado, o direito do pai, foi o grande perdedor do século XX”
(THERBORN, 2006.)

Todas as sociedades contemporâneas têm como base o patriarcado, e este caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que isso seja possível, é necessário que o patriarcado ainda esteja presente em toda a organização da sociedade, seja na produção e consumo, na política, na legislação, na cultura e na constituição das famílias (CASTELLS, 1999). Therborn (2006) também não considera o enfraquecimento da figura do pai patriarcal como o fim do patriarcado no mundo, tendo em vista que este não sucumbiu por completo nas sociedades contemporâneas.

Apesar de todas as mudanças de natureza secular do século XX terem marcado época, isso não significou o desaparecimento do patriarcado da face da terra. Em vastas áreas do mundo, ele está ainda fortemente entrincheirado. Movimentos neopatriarcais também despontaram, via de regra, com argumentação religiosa (THERBORN, 2006, p.162).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por volta da década de 90 do século XX, foi possível encontrar algumas tendências que indicam essa crise na sociedade brasileira. É o caso da dissolução dos lares por meio do divórcio ou da separação de casais, ou através do aumento da frequência com que as crises matrimoniais se sucedem, além de outros fatores não menos relevantes como o adiamento da formação de casais e a formação de relacionamentos sem casamento. Estas diferentes tendências associadas aos fatores demográficos, como o envelhecimento da população e diferença na taxa de mortalidade entre os sexos fazem surgir novos modelos de configuração doméstica (aumento no número de lares de pessoas solteiras e casas onde apenas um dos pais reside), e diluir o modelo tradicional predominante.

Castells na década de 90 discute a contribuição dos movimentos de identidades sexuais e de gênero, como os movimentos feministas, no combate ao patriarcado. O objetivo essencial do feminismo é o esforço histórico, seja individual ou coletivo, em redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcado. *“Esses movimentos desafiam algumas das estruturas milenares sobre as quais as sociedades foram historicamente construídas: repressão sexual e heterossexualidade compulsória”* (CASTELLS, 1999, p. 256).

Outros movimentos de identidade sexual, como os de liberação lesbiano e *gay*, também tiveram importância na luta contra o patriarcado, tendo em vista que na sociedade patriarcal há um clamor pela heterossexualidade, indo contra os objetivos dos movimentos, de defesa dos direitos de gays e lésbicas e a afirmação da liberdade e da identidade sexual.

Segundo Therborn (2006), alguns são os fatores que contribuíram para o declínio do patriarcado: a ascensão do movimento feminista, que conduziu a novas configurações das relações sociais e familiares e que incentivou mudanças nas legislações referentes à proteção das crianças e mulheres diante da tirania e violência do homem, o que implicou em severas punições às atitudes negativas do pátrio poder; a revolução industrial que trouxe uma maior polaridade às classes sociais e subordinação do poder do pai ao capital, enfraquecendo as estratégias de controle paterno sobre a família, sobretudo, porque o seu local de trabalho passa a ser fora da sua residência.

Uma das conseqüências da crise do patriarcado diante de uma sociedade mais liberal é o fato de os filhos estarem sendo cada vez mais negligenciados na família, tanto pela mãe como pelo pai, conforme constatado e documentado pelos cientistas sociais e jornalistas. O autor encontra, para a solução desse problema, que conduz a um esfacelamento da psique humana, implícito na instabilidade da vida das crianças, a reconstrução da família em condições de igualdade e o compromisso das entidades públicas no apoio psicossocial às crianças. Nesse sentido, é fato a transformação simbólica da figura do pai potente e extensivo do patriarcado em uma figura enfraquecida na sociedade contemporânea. (CASTELLS,1999)

De fato, existe na sociedade atual uma reconstrução simbólica da figura do pai. No período patriarcal, o pai era gerido por ele mesmo, de modo que o sistema lhe dava respaldo, ou em outras palavras, incentivava o seu poder, e por isso, os seus mandos e cuidados tinham legitimidade social, política e familiar. Essa figura paterna passou a tomar um desenho pejorativo, sendo associado à sua autoridade, o autoritarismo de um tirano familiar.

No entanto, segundo Sarti (2005), mesmo com o reflexo dos discursos feministas, da industrialização e das novas tecnologias, que incidem de forma negativa sobre a figura masculina (paterna), é fato que nas famílias brasileiras de classe baixa, a figura do pai ainda é reivindicada e as conseqüências da sua ausência são vistas como desfavoráveis na vida dos indivíduos. Mesmo que a autoridade do pai tenha sido perdida depois da indefinição do homem com o papel do provedor, as mulheres, tendo em vista o fato de ser comum sustentarem sozinhas suas unidades domésticas, ainda tendem a designar um chefe masculino para a família.

⁶Giddens (apud FILGUEIRAS, 2009) elenca as seguintes causas para o desgaste e crise da autoridade da figura do pai na contemporaneidade: uma variedade de vida sexual também para as mulheres, outrora sendo restrita somente aos homens; a transvalorização da virgindade; a positivação da homossexualidade; a liberação da constituição da família dos laços de parentesco; a dissociação do sexo da reprodução; a elevação da paixão sobre o amor; a idéia de romance aplicada às relações afetivas; a dissociação do sexo com o casamento; a extensão da função feminina dentro dos arranjos familiares; a releitura do elemento confiança no âmbito jurídico nas relações entre pares; a exigência da sensibilidade e da compreensão para a qualidade dos relacionamentos familiares; a compreensão de que algumas atitudes paternas (controle, agressão e medo) podem ser impertinentes diante da independência emocional dos seus filhos com relação aos pais, resultando disso uma desculpabilização do patriarcado frente à imaturidade que envolve as relações e as torna ainda mais problemáticas no que se refere à questão da autoridade.

⁶ GIDDENS, A. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

A partir desse contexto, a figura de autoridade do pai dentro da família brasileira sofreu um visível desgaste referente ao modelo tradicional que antes compunha o patriarcado. Saffioti (1969) afirma que o pai foi alvo de muitas críticas, atribuindo a ele culpas e responsabilidades aos males evocados contra as mulheres, filhos e sobre a economia doméstica. Filgueiras (2009) elenca uma série de atribuições referentes ao pai na sociedade brasileira: responsabilidade pelo desgaste do modelo tradicional da família, culpa pelos traumas infantis, racionalização da violência sobre os gêneros, redução das relações afetivas, transformação do exercício da autoridade em autoritarismo, retirada de direitos no núcleo familiar e mandos e desmandos injustificados.

A legislação no Brasil, acompanhando os hábitos e os costumes, também sofreu modificações que contribuíram para a prevenção da violência intra-familiar e com o objetivo de proteger os membros familiares, contrário a qualquer forma de autoritarismo exercido pelo homem. É fato que até o ano de 1988, a Constituição Brasileira proclamava o termo pátrio poder para confirmar os direitos e deveres do pai na família, tendo um caráter protetivo (CEZAR-FERREIRA, 2004). A nova constituição, partindo de uma perspectiva igualitária no que tange às responsabilidades do casal, possibilitou uma reflexão acerca dos limites das obrigações do pai em relação à mulher e aos filhos.

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, intitulada Lei Maria da Penha, é um dos exemplos mais visíveis, e assume a responsabilidade pelos fatores protetivos à mulher tendo em vista as violências domésticas empregadas pelos maridos. Ao seguir a mesma linha do parágrafo 5 e 8 da Constituição Brasileira de 1988 – os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher; o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das suas relações – surge a lei Maria da Penha:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (BRASIL, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Outras leis foram construídas na constituição brasileira utilizando o mesmo princípio: A lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, nacionalmente, telefone para denúncias de violência contra a mulher. A lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, estabelece a notificação compulsória do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. O conceito de violência contra a mulher estabelecido pela legislação significa qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público ou privado. A lei nº 10.886, de 17 de junho de 2004 cria o tipo especial denominado “violência doméstica”.

Nesse sentido, há de se afirmar que as leis, que possuem caráter de proteção à mulher, construídas nos últimos anos, refletem em mudanças sociais, diretamente sobre a figura masculina. No âmbito doméstico, as conseqüências se estendem à figura paterna, de modo que o pai é repreendido, atribuindo-o uma fonte passível de violência e de autoritarismo, além de possibilitar a reconfiguração dos modelos familiares.

As legislações se modificam de acordo com as mudanças sociais e culturais, tendo em vista as mudanças significativas nos modelos de parentalidade, ou em outras palavras, na forma de exercer o papel de pai no novo século. No entanto, segundo Cerveny e Chaves (2010), a reformulação de uma lei, algumas vezes, não está acompanhada da reformulação cultural da sociedade. Pesquisas relacionadas à dinâmica e estrutura familiar de Cerveny e Berthoud (2007) evidenciam que ainda permanece a imagem do pai como provedor financeiro e a mãe como a provedora emocional, mesmo que pai e mãe sejam trabalhadores que têm a mesma jornada de trabalho.

CAPÍTULO III
O PAI NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

3 A FIGURA DO PAI EM REVISTA

“Essa mensagem fala de um sentimento difundido: a saudade do olhar paterno. De um pai que preste atenção em você, mesmo de longe, mas que o veja, sorria para você, e o repreenda, vez por outra. De um pai, também, ‘mitificável’, de um pai de quem se possa captar o gosto pela vida e o cansaço, a alegria e a dor. De um pai mais expressivo que o impecável, o politicamente correto, mas também severo, pouco emocionado e pouco emocionante: ‘homem da organização’, com a qual o homem adulto ocidental dos nossos dias se identifica. Mas há, sobretudo, a saudade de um pai mais corajoso do que ele, do empresário. Mais corajoso nos afetos, principalmente em relação aos filhos. Enfim, um pai que não tenha medo de fazer a própria parte. Entretanto, esse pai está hoje ausente”

(RISÉ, 2007, p. 09-10)

O presente capítulo visa responder questões sobre paternidade que foram surgindo nos últimos anos, conseqüências diretas das mudanças sociais e culturais na sociedade contemporânea. Nesse sentido, há uma necessidade pela compreensão desse tema enquanto fruto de um processo histórico, distante de certezas fundadas na militância feminista, sobretudo, identificando a relação entre a identidade masculina e a forma de exercer a paternidade na contemporaneidade. Foi necessário assim um debate mais profundo sobre a reconstrução da paternidade e a autoridade do pai e a reflexão acerca da construção das identidades de gênero nos dias de hoje.

Falar de paternidade é expor um papel destinado sócio-culturalmente. Segundo Cerveny e Chaves⁷ (no prelo), o modelo de paternidade que herdamos das nossas famílias de origem pode se modificar de acordo com a nossa história, através, por exemplo, da influência trazida pelos modelos dos cônjuges, ou até mesmo a partir

⁷ CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; CHAVES, Ulisses Herrera. Pai? Quem é este?: A vivência da Paternidade no Novo Milênio. In: MOREIRA, L.V. C; PETRINI, G; BARBOSA, F. B (Orgs). *O Pai na Sociedade Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, no prelo.

da adoção de anti-modelos. O papel de pai nasce em uma rede de interações que tem início na família de origem e termina no momento do nascimento e criação do próprio filho, e é expandido para o contexto sócio-econômico no qual essa família está presente. Nesse sentido, os autores utilizam a denominação de “Paternidade contemporânea” para se referir a um modelo de paternidade que, apesar de incerto e frágil, está em processo de construção de um papel mais cooperativo dentro do universo familiar e social.

Ser mãe e pai implica apropriar-nos de um papel construído historicamente por uma cultura e uma estrutura social de poder que localiza o homem dentro de um mandato de ser a partir do termo do poder e do saber, num espaço público de competição para o qual devia, desde menino, adquirir destrezas e habilidades (MUZIO, 1998, p.167).

Muzio (1998) afirma que a paternidade é representada pela sociedade de forma secundária e não prioritária. Ou seja, o exercício da paternidade de forma afetiva, terna, próxima e que permita uma relação dialógica empática, não é essencialmente relacionado ao referencial masculino. A paternidade é constituída através da formação dos arquétipos de gênero, onde a ternura, a expressão dos sentimentos, não são inerentes à masculinidade, e por isso também, à paternidade. A influência patriarcal, ainda edificada, mantém o homem como ente produtivo, que sustenta a família e é provedor de bens. A necessidade de adquirir destrezas para a feitura, o êxito e o poder público é inerente à identidade masculina.

No entanto, o autor entende que existem três cenários distintos de compreensão da paternidade. Em um primeiro, a importância do pai é omitida, consignando à mãe um papel decisivo e de fundamental importância para o desenvolvimento infantil. A psicanálise foi uma das principais linhas teóricas que contribuiu para pensar essa perspectiva. Em um segundo cenário, começa-se a valorizar o pai e os efeitos nocivos da ausência ou da desatenção são associados ao perfil tradicional do pai. Neste momento, o pai possui função de autoridade, apoio emocional da mãe, representatividade social, sustentação econômica e identidade sexual e por isto que a sua ausência é vista como desencadeadora de desajustes sociais, inaptações, delinqüência, suicídio, problemas de identidade e de identificação sexual.

Por fim, o terceiro cenário começa a expor uma nova discussão dos papéis pai-mãe como “diapasão único de atividades que se assumem, não em função de gênero, mas

das características das personalidades de cada progenitor que assume a criação”. (MUZIO, 1998, p. 169). A literatura científica defende que, devido às mudanças da família moderna, a criança, desde o seu nascimento, pode fazer vínculos mais próximos, que dê segurança e sustentação, com mais de uma pessoa. As funções (instrumentais – competências e destrezas, expressivas – empáticas e afetivas), que antes eram pensadas como exclusivamente do pai e da mãe tradicionais, se entrelaçam, dando passagem a novos modelos de paternidade e maternidade não determinados pelos estereótipos genéticos. Todas essas funções são compartilhadas, tanto pelo pai, quanto pela mãe, e as atitudes variam de acordo com as características pessoais e não mais com relação às características de gênero.

Partindo desse contexto de ambigüidades em relação ao exercício da paternidade na contemporaneidade, Jablonski (1998) aponta que houve uma mudança por parte dos pais quanto à conscientização de suas funções: a cultura da “paternidade” atual requer um pai mais presente em termos de envolvimento direto, acessibilidade e maior responsabilidade pela criação conjunta dos filhos. No entanto, na prática, não houve maiores mudanças. O autor afirma que os efeitos da emancipação feminina aos homens podem ser classificados em duas áreas, das atitudes e dos comportamentos. Ao mesmo tempo em que há um aumento do interesse dos homens em participar da educação e cuidados com os filhos, na dimensão comportamental, a divisão de tarefas não se concretiza aumentando a frustração das mulheres. De acordo com Dantas (2004), a pesquisa levada a cabo pela CNRS (Le Monde em 2000), 80 % dos pais, apesar do discurso de igualdade da teoria, na prática não participam em quase nada dos cuidados e educação na infância, e menos ainda das tarefas do lar.

Até a primeira metade deste século, pais eram “apenas” provedores e a ponte entre a casa e a sociedade. Hoje, na medida em que a mulher é “menos mãe” (no sentido antigo), uma nova mentalidade busca se impor, instando a figura paterna a participar mais do dia-a-dia e dos cuidados físicos e emocionais de sua prole. Mais uma vez, esta pesquisa, demonstra que o caminho da mentalidade à “comportabilidade” é muito longo e sinuoso, o que faz com que a maioria dos pais “se perca” e não consiga transformar intenções em ações (JABLONSKI, 1998, p.125).

O rápido ritmo de mudanças sociais e demográficas nas três últimas décadas criou uma série de fatos e de novas mentalidades, quanto à família e o casamento. Disso pôde-se ver o aumento das separações e divórcios, casamentos mais tardios, o menor número de filhos, a emancipação feminina e o acesso da mulher ao mercado

de trabalho. “A modernização e a urbanização vêm provocando uma revolução nos valores, nas normas sociais, nos papéis sexuais, na família e no casamento como um todo” (JABLONSKI, 1998, p.122).

As transformações sociais que vêm ocorrendo no espaço público e privado, sobretudo a partir da década de 1960, afetaram a forma de viver e de construir a identidade de gênero. No mundo do trabalho, as conquistas do movimento feminista são facilmente observáveis com a inserção das mulheres em atividades antes reconhecidas como exclusivamente masculinas, bem como no espaço privado em que homens compartilham com mulheres os cuidados com a casa e com os filhos (FREITAS *et al*, 2009).

3.1 O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

É como se, saindo dos registros cheios de cifras da sociedade industrial antes e depois do consumo (concluída com uma colossal falência, mais moral do que financeira), o homem-pai redescobrisse uma verdade muito simples, que conhecia pelo menos desde que Jesus entrou em Jerusalém, montado num jumento: sua tarefa é amar e prover aos seus, sem se poupar. O amor e a honra a ele voltarão (RISÉ, 2007, p. 119-120).

É fato que homens e mulheres constroem os seus papéis nas famílias a partir de referenciais de gênero que são apreendidos na cultura dos quais fazem parte, adquirindo assim legitimação perante a sociedade. “Homem, masculino e pai são qualificações que definem um modo de inserção do sujeito na cultura de qual ele faz parte” (NOLASCO, 1995, p. 14).

As transformações sociais que vêm ocorrendo nas esferas públicas e privadas a partir da década de 1960 influenciaram na forma de construção das identidades de gênero na contemporaneidade. Segundo Jablonski (1999), o conceito que a sociedade tem de masculinidade e do que seria a paternidade parecem estar se esvaindo, principalmente, devido aos movimentos de emancipação feminina. “Expectativas normativas solidamente incorporadas cultural e historicamente, que valorizavam no homem a instrumentalidade, em detrimento da expressividade, parecem suspensas no ar rarefeito da pós-modernidade” (JABLONSKI, 1999, p. 56). O autor ainda aponta as mudanças no meio psicológico em função da emancipação feminina, o que vem alterando significativamente as relações de poder e dos papéis mais igualitários a serem assumidos por ambos os sexos. Essas mudanças expõem

o homem em um cenário de transição: permanecer o mesmo com o mundo cada vez mais feminino que o rodeia, ou mudar?

No período anterior à década de 1960, ressaltava-se apenas o papel sócio-emocional do pai no processo de separação do vínculo simbiótico tido como normal entre mãe e filho e no estabelecimento de limites na educação, além de conseqüências negativas de sua ausência relativa ou total na saúde mental dos filhos. Na década de 1960, período em que se consolidava o movimento feminista, as publicações começaram a valorizar o envolvimento direto do pai no cuidado com os filhos. A participação do pai passou a ser considerada necessária e reivindicada pelas mães à medida que essas se diferenciavam das gerações anteriores pelo engajamento progressivo em atividades laborais externas ao lar. Frequentemente tal participação passou a ser desejada pelo pai ao descobrir o prazer de compartilhar da intimidade de seus filhos (FALCETO *et al*, 2008).

De acordo com Nolasco (1995), há uma crise da masculinidade, ou uma desconstrução do masculino, nos dias de hoje que encontra na paternidade o ponto de partida para sua sustentação, seja nas relações entre pais e filhos ou na sua participação nas tarefas domésticas. O exercício da paternidade, com os cuidados corporais e as necessidades afetivas dos filhos, pode ser um caminho para a configuração de uma nova produção identitária masculina, tendo em vista que a maior dificuldade do modelo tradicional de masculinidade é em expressar afetividade e ternura (DANTAS *et al*, 2004).

Pode-se considerar o modelo tradicional de masculinidade seguindo alguns preceitos básicos: ser ambicioso, racional, analítico, individualista, competitivo, dominante, agressivo, viril, corajoso, pouco falante, o que não demonstra emoções, que corre riscos, que provê a família e que atua como líder, além da constante necessidade de provar que é homem. No entanto, segundo Jablonski (1999), a essência do respeito a essas antigas regras do manual de masculinidade implica nos dias de hoje uma atitude suicida, sendo um ideário que não é mais adequado em nenhuma esfera comportamental: tanto na pública, como na particular, além do que compete às relações com o sexo feminino.

Nesse sentido, o autor questiona a posição e os papéis que os pais têm de exercer em casa, com relação aos seus filhos e as atividades correlatas, partindo desse contexto de emancipação feminina, que muito se refere à entrada da mulher no mercado de trabalho. Por exemplo, nos centros urbanos do Brasil, onde residem 80% da população, 45% da força de trabalho é feminina. Em consequência, essa ausência materna em casa é preenchida por um maior envolvimento dos pais nas tarefas do lar, embora não exista uma mudança substancial em termos de uma divisão mais igualitária de atividades. De fato, vê-se uma maior cobrança da sociedade em torno da chamada “paternidade responsável”, com a sociedade clamando pelo maior investimento dos pais na vida dos filhos.

Assim, é natural que o forte ingresso da mulher no mercado de trabalho, os enormes índices de separação e de divórcio, o aumento dos casos de produção independente (mães solteiras) e dos lares capitaneados por mulheres sozinhas, venham provocar novas expectativas sociais quanto aos deveres dos homens como pais (JABLONSKI, 1999, p. 61).

No entanto, o autor atesta que ainda há uma disparidade entre o envolvimento e investimento das mães com relação aos cuidados com os filhos e os afazeres domésticos, e a participação na prática dos pais nessas atividades. Em pesquisa realizada com famílias de classe média e média-alta no Rio de Janeiro, por exemplo, Preuss (1999) não identificou um envolvimento ativo por parte dos homens nas tarefas de casa e na lida com os filhos, embora, tenha encontrado um desejo de mudança ou de ao menos repensarem as suas atividades em casa. A autora conclui o fato de predominar certa mistura de papéis e de expectativa de mudanças que são freadas pela presença de comportamentos tradicionais bastante arraigados.

Nesse sentido, Amato e Gilbreth⁸ (*apud* SILVA; PICCININI, 2007) afirmam que o envolvimento paterno na vida dos filhos vem aumentando, gradualmente, nas últimas décadas. Entretanto, o crescimento não se apresenta de maneira absoluta, e por isso, ainda há certa distância em se chegar a uma equiparação de funções com as mães. Embora o envolvimento paterno ainda não apresente um crescimento

⁸ AMATO, P. R. & GILBRETH, J.G. *Nonresident fathers and children's well-being: a meta-analysis*. *Journal of marriage and the family*. 61 (3), 557-573.

significativo, de fato existe hoje um maior desejo de participação dos pais na criação dos seus filhos, acompanhado de uma nova capacidade de paternagem, cujas características estão mais associadas à figura materna.

Jablonski (1999) também coloca em pauta disparidades existentes quando entra em ação o aspecto referente à classe social. Existem evidências de que pais de classes sociais menos favorecidas detêm uma visão mais tradicional quanto aos papéis que devem desempenhar. No que se refere à paternidade, eles costumam apelar mais freqüentemente para a voz de autoridade e conformidade, sendo menos comunicativos, mais inflexíveis e tendo menos capacidade de se colocar no lugar dos filhos.

3.2 PATERNIDADE: UMA QUESTÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

A maneira como os homens se comportam tem uma relação direta com sua formação e isto é parte de uma construção social. É importante saber que os homens não são naturalmente incompetentes para cuidar. Para mudar esse cenário, é preciso reconhecer que podemos construir outras histórias, expondo os garotos desde bem cedo, ainda na infância, a outros valores e modelos de masculinidade
(LYRA, MEDRADO, LOPES, 2007).

É fato que no Brasil não existe um número substancial de pesquisas acadêmicas e ações específicas direcionadas para o público masculino. “Quando um rapaz quer assumir um papel ativo como pai de seu filho, as instituições sociais – desde as que são responsáveis pela coleta de dados demográficos, passando pelas de registro civil, pela família, escola e saúde – parecem recusar-lhe esta função” (LYRA *et al*, 1998, p.57). Esta parece ser uma questão-chave para a compreensão de como o homem exerce a sua função de pai na sociedade contemporânea: a falta de políticas públicas enquanto mecanismo de contra-produção da paternidade.

Com vista a colaborar o debate sobre o pai na sociedade contemporânea, Medrado⁹ (no prelo) propõe uma reflexão sobre as políticas públicas como dispositivos da produção de paternidade. O autor identifica uma mudança no foco de análise: da tensão entre experiências e modelos de paternidade para um olhar sobre o processo de institucionalização de paternidades que orienta, produz e até restringe experiências. Nesse sentido, é analisado o modo como as políticas públicas brasileiras, partindo do campo dos direitos sexuais e reprodutivos, criam algumas barreiras para o desenvolvimento de uma paternidade favorável na vida da criança, função esta que evidencie uma experiência de cuidado baseados em matrizes curriculares de gênero.

Para compreender o aspecto do cuidado na esfera da paternidade, há de se ter uma leitura que envolve três dimensões distintas, mas que contribuem simultaneamente para a construção subjetiva e social do cuidado: a dimensão cultural, que se refere aos símbolos disponíveis nos diversos discursos de um povo, que muitas vezes hierarquiza valores e os coloca em uma categoria de gênero, masculino ou feminino; as dimensões sociais, que são as instituições, que regulam, reproduzem e atualizam os significados desses símbolos, tais como famílias, religiões, seitas, escolas, universidades, instituições jurídicas e políticas; e a dimensão subjetiva, que se refere às identidades de gênero atualizado por homens e mulheres, o modo como eles incorporam para si os símbolos das instituições e da cultura. (LYRA & LEÃO, 2005).

Uma mudança de atitude e pensamento do pai enquanto cuidador só é possível em uma condição de transformação dessas três dimensões: a dimensão cultural, que irá permitir uma familiaridade com o cuidado e não mais o estranhamento, ainda presente na contemporaneidade; a mudança de ordem político-social, que seria através de um maior desenvolvimento de políticas públicas no Brasil. Um exemplo pertinente é o fato do tempo da licença-maternidade no Brasil estender-se por quatro meses, enquanto a licença-paternidade por cinco dias, dificultando e não favorecendo oportunidades ao pai em exercer o papel de cuidador; além de uma mudança na dimensão subjetiva e individual. A partir do momento que não houver

⁹ MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; OLIVEIRA, Ana Roberta; AZEVEDO, Mariana; NANES, Giselle; FELIPE, Dara Andrade. Políticas Públicas como Dispositivos de Produção de Paternidades. In: MOREIRA, L.V. C; PETRINI, G; BARBOSA, F. B (Orgs). *O Pai na Sociedade Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, no prelo.

exclusão do pai na identificação do “cuidado”, seja esta inerente da própria cultura, ou praticada pelas próprias instituições sociais (política, jurídica, religião, família, entre outros), provocada pelo próprio pai (auto-exclusão), o pai terá mais liberdade, e, conseqüentemente, mais oportunidade para se impor enquanto indivíduo, levando benefícios, tanto para si, quanto para o seu filho.

No que se refere ao aspecto das políticas públicas, Lyra e Medrado (2000) afirmam que mesmo com as recomendações internacionais, especialmente no contexto das Conferências Internacionais de População e Desenvolvimento, como a de Cairo em 1994, a paternidade ainda não era um objeto de interesse das políticas que se estruturavam e das bases de dados pelas quais essas políticas se organizavam, em especial os dados sócio-demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEAD). Segundo os autores, a quantificação ainda é um dos instrumentos de construção de poder discursivo para a instituição de políticas públicas.

Medrado (no prelo) afirma que em dez anos a situação pouco se alterou e que apesar do tema estar mais visível publicamente, principalmente em decorrência dos estudos, pesquisas e intervenções no campo dos direitos reprodutivos voltados aos homens, os instrumentos que geram os dados para fomentar os discursos das políticas públicas voltados para a paternidade não incluem informações sobre os homens.

Segundo o autor, a maternidade e a paternidade devem ser vistas como funções construídas socialmente. Sendo assim, a luta por conquistas pelo direito de ser mãe e de ser pai deve ser intensificada. Juntamente com as ações de pesquisa, faz-se necessário o debate em torno da defesa dos direitos dos cidadãos. Medrado vai mais além quando afirma que apenas políticas afirmativas específicas em relação a uma maior participação de pais na vida doméstica não são soluções concretas para a produção de paternidades responsáveis, tendo em vista a organização social ainda sendo regida pela desigualdade de gênero, em especial pelo princípio da divisão do trabalho por sexo e gênero.

Bustamante e Trad (2005) em uma investigação sobre a participação paterna no cuidado de crianças pequenas com famílias de classe populares consideraram a ausência dos homens na vida dos filhos decorrência, não de uma falta de interesse, mas da impossibilidade de manter a divisão sexual do trabalho. Ou seja, homens que não conseguiram o status de provedores econômicos dos filhos e, por isso, perderam o contato com os filhos, apesar de até existir o desejo pelo exercício da paternidade.

Segundo Medrado (no prelo), o caminho para uma mudança social deve ser a maior participação paterna nos cuidados com os seus filhos, tendo em vista o fato de dinamizar as relações de gênero, ao passo que as crianças podem observar outra funcionalidade de gênero atribuída aos pais nessas atividades, possibilitando uma ampliação de seus repertórios quanto aos valores e normas considerados masculinos e femininos. É necessário ampliar o debate sobre o cuidado infantil a partir de uma perspectiva de gênero, e evidenciar o aspecto positivo, e porque não, necessário, da paternidade nesse processo, tendo em vista que o pai é importante na vida da criança e que este pode ser responsável por benefícios subjetivos e materiais para a vida e a saúde dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora sem pai, tens que lidar com a lembrança de um pai. Muita vez, essa lembrança é mais poderosa que a presença viva de um pai, é uma voz interna a ordenar e arengar, dizendo sim e não – um código binário, sim não sim não sim não sim não, a reger cada um de teus menores movimentos, mentais ou físicos. Em que momento te transformas em ti mesmo? Nunca por inteiro: és sempre ele, em parte. Essa posição privilegiada em teu ouvido interior é sua última “prerrogativa”, e nenhum pai jamais a desprezou. (BARTHELME, 1975.)

A presente dissertação nasce de um trabalho de pesquisa desenvolvido para responder questões que foram surgindo e se acumulando na sociedade contemporânea sobre a figura do pai, especialmente, da sua autoridade na família. Na segunda metade do século passado, o pai foi bastante questionado em relação às suas funções. O sociólogo Max Horkheimer, apesar de compreender a importância do pai para o desenvolvimento do filho, reconheceu o contorno pejorativo dado à representação da sua autoridade, convertida em formas autoritárias de governo ou até mesmo não sendo legitimada nas esferas privadas e públicas da sociedade. Isto porque a construção da representação da autoridade do pai envolve uma contínua interação dos indivíduos com as instituições sociais.

Em 1963, o psicólogo social alemão Alexander Mitscherlich, publica o livro “Rumo a uma Sociedade sem Pai”, onde a partir de uma leitura psicossocial, ilustra a situação do desaparecimento da imagem paterna e as conseqüências psíquicas da gradativa perda de um referencial de autoridade para os filhos. Se por um lado há uma diminuição da presença efetiva do pai na vida do filho, por outro há uma redução do significado educativo do trabalho paterno. O autor também reconheceu a importância da presença do pai na formação e desenvolvimento do caráter dos filhos, embora esteja em colapso na sociedade contemporânea.

É fato que a crise de autoridade e a ausência do pai na sociedade hoje são frutos de um longo e complexo processo histórico-cultural. Esse processo é analisado nessa pesquisa sob o referencial da crítica severa ao autoritarismo, na Europa com o Nazismo e o Fascismo, e o Patriarcado no Brasil. Em meio às experiências negativas com os regimes políticos autoritários na primeira metade do século XX que geraram sentimentos de repulsa e aversão em relação a esses governos, dá-se início a uma revisão crítica da autoridade paterna na Europa. É fato que essa reflexão chegou a produzir ecos no Brasil, com o reforço das ditaduras militares também vividas na América Latina.

Na realidade, o Brasil vive o eclipse da figura paterna a partir da chegada da contemporaneidade, influenciada pelos valores individualistas, e o declínio do patriarcado. A figura do pai patriarcal é uma das entidades mais criticadas e questionadas pela ordem social moderna. Este é, muitas vezes, reconhecido por um autoritarismo perverso, com um caráter francamente sádico em torno das suas funções, e produzindo o horror dos traumas e das experiências sufocantes na família.

A recusa à autoridade do pai na sociedade moderna muito tem relação com a busca desenfreada pela construção autônoma do indivíduo. A modernidade mostrou-se envolvida no discurso de que o pai, quiçá a figura masculina, possui um papel secundário no cotidiano familiar ou até mesmo o representa com traços de abuso ou vilania na vida da família.

Nesse sentido foi necessário evidenciar a procura moderna pela igualdade entre os sexos, defendida explicitamente pelo feminismo e pelos discursos de gênero que, muitas vezes, produzem uma idéia pejorativa (negativa), ou até mesmo abusiva em torno da autoridade masculina, especialmente, do pai. Uma das conseqüências dos discursos feministas se refere à mudança das legislações que reduziram as responsabilidades dos pais no processo educativo dos filhos, com leis que garantem um equilíbrio na repartição da autoridade parental. O pátrio poder foi substituído pela igualdade no exercício da autoridade e as políticas públicas elegeram a mulher como responsável pela família, especialmente, pela educação dos filhos.

Há uma tendência hoje que pode-se chamar de eclipse, senão colapso do pai, tendo em vista a ausência do personagem paterno na família. É fato, por exemplo, o aumento significativo da monoparentalidade nas famílias. Só no Brasil, mais de 30 % das famílias são monoparentais, chefiadas por mulheres.

De um lado, em contextos marcados pela pobreza, o pai não consegue arcar com o compromisso do sustento familiar e, não raramente, vai embora de casa, embora muitos não se ausentem totalmente da família, se apresentando em casa esporadicamente ou temporariamente. No outro lado, o pai de classe média, devido à alta rotatividade do trabalho, se torna frequentemente ausente da família. Nesse sentido, milhares de crianças crescem sem a presença efetiva do pai no cotidiano, e conseqüentemente, sem um referencial masculino de autoridade.

Mesmo após décadas de lutas contra o pai, em especial, contra a sua representação de autoridade, existem alguns sinais de um maior interesse pela figura paterna hoje. Vê-se, por exemplo, grupos feministas que não contribuem para o discurso de aversão ao gênero masculino, mas que buscam uma maior cooperação entre os sexos. Por outro lado ainda estimulam o debate sobre políticas públicas em apoio às paternidades e para uma maior conscientização dos homens e de cooperação entre homens e mulheres, possibilitando assim relações positivas em que o diálogo e a igualdade entre gêneros prevalecem.

É preciso reconhecer a importância do pai para o desenvolvimento do filho, tendo em vista um relacionamento positivo com a autoridade. Um resgate da autoridade – segundo a etimologia da palavra, que deriva do verbo “*augere*” e significa incrementar, enriquecer e acrescentar – se faz necessário. A relação com a autoridade não significa necessariamente uma relação perversa de autoritarismo, como é retratada por Kafka (2007), em “A Carta ao Pai”, que se constitui um desabafo no qual ele anuncia o seu sofrimento provocado pela tirania do pai, embora até reconheça o seu interesse pelo filho.

Na realidade a autoridade é compreendida enquanto uma relação enriquecedora com uma pessoa que tem mais experiência e que pode, por isso, proporcionar um

maior amparo e confiança para a criança, no momento em que há entrega, dedicação e gratuidade do pai para com o crescimento do filho.

Por esse caminho, a autoridade pode deixar de ser um foco de problemas, podendo emergir nos seus aspectos positivos da educação da prole e de partilha das responsabilidades domésticas, ou seja, de cooperação com a mulher. É fato que a mulher desenvolve a consciência da sua maternidade mais que o homem por razões objetivas: a mãe convive uma maior intimidade com o filho durante os nove meses de gestação, especialmente durante a amamentação. Nesse sentido entende-se que a cooperação entre os sexos implica o chamado ao pai feito pela mãe para que este assuma a sua paternidade e, conseqüentemente, seja mais presente no cotidiano familiar e exerça a sua autoridade.

A autoridade é pensada enquanto a possibilidade mais clara de um vínculo positivo, em que se preze a saúde e a evolução do indivíduo. Tendo em vista uma relação que, apesar de desigual – face às próprias condições reinantes, de uma pessoa mais e outra menos rica de experiência – é que se desenvolve um trabalho sócio-educativo e o aprendizado da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ADLER, Laurer. *Nos passos de Hanna Arendt*. São Paulo: Editora Record, 2007.

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. *Dialética de Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVINSON, Daniel J; SANFORD, R. Nevitt. *The Authoritarian Personality*. Empiria. Revista de Metodología de Ciencias Sociales. N. 12, Julio-diciembre, 2006.

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

AMATO, P. R. & GILBRETH, J.G. *Nonresident fathers and children's well-being: a meta-analysis*. Journal of marriage and the family. 61 (3), 557-573.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1979.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOOTH, W.C; COLOMB, G.; WILLIMS, J. *Pesquisa, Pesquisadores e Leitores. A Arte da Pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOURDIEU, P. *A dominação do masculino*. Rio de Janeiro: Bertrond Brasil, 2007.

BRASIL, Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003. Autorização pelo Poder Executivo a disponibilizar, nacionalmente, telefone para denúncias de violência contra a mulher. Brasília, DF. Casa Civil, 2003.

BRASIL, Lei Nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2003.

BRASIL, Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Brasília, DF. Casa Civil, 2006.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A ; GUERRA, V. N. A. (orgs). *Infância e Violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento*. São Paulo: Cortez Ed, 1993.

BUSTAMANTE, Vânia; TRAD, Leny A. Bonfim. *Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(6):1865-1874, Nov-dez, 2005.

CAMARGO, Silvio César. *Modernidade e Dominação: Theodor Adorno e a Teoria Social Contemporânea*. São Paulo: FAPESP, 2006.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; CHAVES, Ulisses Herrera. Pai? Quem é este?: A vivência da Paternidade no Novo Milênio. In: MOREIRA, L.V. C; PETRINI, G; BARBOSA, F. B (Orgs). *O Pai na Sociedade Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, no prelo.

CEZAR-FERREIRA, V. A. M. A Visão do Direito de Família: sobre a função do pai aos olhos da lei. In: POLITY, E; SETTON, M; COLOMBO, S. F. *Ainda existe a cadeira do papai?*. São Paulo: Ed. Vetor, 2004.

COELHO, Claudio M. Casa Grande & Senzala: *Indiciário e política na Obra de Gilberto Freyre*. In: Sinais – Revista Eletrônica – Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n. 02, v. 1, Outubro. 2007.

CORDES, P. J. L. *L'éclissi Del padre*. Um grido. Genova-Milano: Marietti, 2002.

DANTAS, Cristina; JABLONSKI, Bernardo; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. *Paternidade: Considerações sobre a relação Pais-filhos após a separação conjugal*.

2004 [on line]. Disponível em: <<http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/29/09.htm>>. Acesso em: fev 2010.

DONATI, Pierpaolo. *Família no Século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2008.

DUPUIS, Jacques. *Em nome do pai: uma história da paternidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ECO, U. *Como Fazer uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FALCETO, O. G; FERNANDES, C. L; BARATOJO, C; GIUGLIANI, E. R.J. *Fatores associados ao envolvimento do pai nos cuidados do lactante*. Ver.Saúde Pública [online]. Vol.42, n.6, PP. 1034-1040, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000600009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em mar 2010.

FILGUEIRAS, Marcos R. *O Enfraquecimento da Figura do Pai após o Declínio do Patriarcalismo*. Salvador: UCSAL, 2009.

FREITAS, W. M. F. et al. *Paternidade:responsabilidade social do homem no papel de provedor*. Saúde Pública [on line]. Vol 43, n.1, PP. 85-90, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: fev 2010.

FREUD, S. *Sobre o Narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

FREUD, S. *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

_____. *Sobrados e mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. RJ/SP: Editora Record, 1990.

_____. *Ordem e Progresso*. São Paulo: Editora Global, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. The Ethic of Care for the Self. In: BERNAUER, J. and RASMUSSEN, D (Eds). *The Final Foucault*. Massachussets: Cambridge, 1988.

GIDDENS, A. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

GIUSSANI, Luigi. *Educar é um Risco*. Lisboa: Editora Diel, 1998.

GUARESCHI, P. Ideologia. In: JACQUES, M. G. C; STREY, M. N ; BERNARDES, N. M. G ; GUARESCHI, P. A ; CARLOS, S. A ; FONSECA, T. N. G. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUSDORF, G. *Present, passe avenir de la recherche interdisciplinaire*. Ver. Int. de Sciences Sociales. 29: 627-48, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica I*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 20/03/2010.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. *A Família Colonial e a Construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte*. Revista Anthropológicas, ano 9, vol.16 (1): 171-196, 2005.

JABLONSKI, B. Paternidade hoje: uma metanálise. In: SILVEIRA, Paulo (org). *Exercício da Paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

_____. Identidade masculina e o exercício da paternidade: de onde viemos e para onde vamos. In: FÉRES-CARNEIRO, T (org). *Casal e família: Entre a tradição e a transformação* (pp.55-69). Rio de Janeiro: NAU, 1999.

KAFKA, Franz. *Carta ao Pai*. Porto Alegre: L&M, 2007.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: a contribuição de Hannah Arendt*. Estudos Avançados 11(30), 1997.

LEMOS, José Roberto. *Educação pela Dureza: um elo de ligação entre autoridade e autoritarismo*. São Carlos: UFSCAR, 2005.

LE MONDE (2000). *Famille: les nouveaux pères ont disparu*. Edição de 27/05/2000

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

LOBROT, Michel. *A Favor ou Contra a Autoridade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LUFT, Lya. *Educação e Autoridade*. Revista Veja. Editora Abril, Ano 42, n. 38, 2009.

LYRA, J; LEÃO, L.S. ;LIMA, D. C; TARGINO, P; CRISÓSTOMO, A; SANTOS, B. Homens e Cuidado: Uma Outra Família. In: ACOSTA, A.R & VITALE, M. A (orgs). *Família: redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2005.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito. *Gênero e Paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.145-158, 2000.

LYRA, J; MEDRADO, B; LOPES, F. *Homens também cuidam! Diálogos sobre direitos, saúde sexual e reprodutiva, paternidade e relações de cuidado*. UNFPA e Instituto Papai. Recife:UNFPA; Instituto Papai, 2007.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito; ADRIAO, Karla; LIMA, Julia; MELO, Luciana; SILVA, Adriano; VIEIRA, Nadjanara. *Papai: uma experiência de ensino, pesquisa e extensão*. Cadernos da extensão, ano 1, n. 1, dez, 1998.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; OLIVEIRA, Ana Roberta; AZEVEDO, Mariana; NANES, Giselle; FELIPE, Dara Andrade. Políticas Públicas como Dispositivos de Produção de Paternidades. In: MOREIRA, L.V. C; PETRINI, G; BARBOSA, F. B (Orgs). *O Pai na Sociedade Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, no prelo.

MENEZES, J. E. X. *Fábrica de Deuses: A teoria freudiana da cultura*. São Paulo: Unimarco, 2000.

MENEZES, J. E. X. . *O Lugar do Pai na Teoria Freudiana*. Cogito (Salvador), Círculo Psicanalítico da Bahia, v. 3, p. 15-24, 2001.

MENEZES, J. E. X. . *Complexo de Édipo: Versão Psicológica do Mito*. Veritati, Salvador, v. 2, n. 2, p. 165-176, 2002.

MIRANDA, A. G. *et al. Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

MITSCHERLICH, Alexander. Verso uma sociedade sem pai, Milão, Feltrinelli. A ausência do Pai. In: CANEVACCI, Massimo (org). *Dialética da Família*. São Paulo – SP: Editora Brasiliense, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Interdisciplinaridade: Funcionalidade ou Utopia?* Revista Saúde e Sociedade 3 (2): 42-64, 1994.

MOGRABI, Daniel; HERZOG, Regina. *Sob o Signo da Incerteza: Autoridade Simbólica e Desamparo*. Estudos de Psicologia (Natal), v. 11, n.2, 2006.

MUZIO, P. A. Paternidade (Ser Pai)... Para que Serve?. In: SILVEIRA, Paulo (org). *Exercício da Paternidade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

NOLASCO, S (orgs). *A Desconstrução do Masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

PETRINI, João Carlos. *Religião e Modernidade através da obra de Cândido Procópio Ferreira de Camargo*. São Paulo: PUC, 1992.

PETRINI, João Carlos. *Pós Modernidade e Família: um itinerário de compreensão*. Bauru-SP: Edusc, 2003.

PETRINI, João Carlos. Família na Abordagem Relacional de Pierpaolo Donati. In: DONATI, Pierpaolo. *Família no Século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2008.

PREUSS, M. R. G. *Modelos de Família – quando dois é bom e um é confuso*. Trabalho apresentado no XXVII Congresso Interamericano de Psicologia. Caracas: Venezuela, 1999.

RAGO, M. [et. AL] *Imagem de Foucault e Deleuze; ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DPA, 2002.

RISÉ, Cláudio. *A Inaceitável Ausência do Pai*. São Paulo – SP: Editora Cidade Nova, 2007.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M.C.B. (org). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo, SP: Educ/Cortez, 2000.

ROUDINESCO, E. *A família em Desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

_____. *A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade*. São Paulo: Editora Quatro Artes, 1969.

SAMARA, E.M. *A Família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SARTI, Cynthia. *A Família como Espelho, um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SENNETT, Richard. *Autoridade*. RJ – SP: Editora Record, 2001.

SILVA, M. R; PICCININI, C. A. *Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo*. Estudos de Psicologia I, Campinas – SP, 24 (4) 561-573, 2007.

THERBORN, G. *Sexo e Poder: A Família no Mundo 1900-2000*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.